



**CAROLINA MARIA PEREIRA RODRIGUES MACHADO**

**O MUNDO LUSÓFONO NA POLÍTICA DE  
COOPERAÇÃO DA CHINA**

**Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto**

**Universidade Lusófona  
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Lisboa  
2023**

**CAROLINA MARIA PEREIRA RODRIGUES MACHADO**

**O MUNDO LUSÓFONO NA POLÍTICA DE  
COOPERAÇÃO DA CHINA**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre no Curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, no dia 16/02/2024, perante o júri, com o Despacho de Nomeação n.º 404/2023, de 19 de outubro, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Vasco Rato

Arguente: Prof. Doutor Francisco Proença Garcia

Orientador: Prof. Doutor José Filipe Pinto

**Universidade Lusófona**

**Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Lisboa**

**2023**

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico a presente Dissertação à minha família,  
orientador e colegas de Mestrado.  
A todos, desejo que a resiliência permaneça.  
Bem hajam.*

## AGRADECIMENTOS

A concretização desta Dissertação apenas foi possível devido ao apoio incondicional de algumas pessoas que faço questão de destacar.

Assim, agradeço ao orientador Professor Doutor Filipe Pinto, pela paciência, dedicação, disponibilidade, empenho e apoio prestado durante todo o processo de concretização desta Dissertação. O privilégio de o ter como docente e, posteriormente como orientador, não se coloca em palavras. Obrigada por ter transmitido os seus conhecimentos, pela abordagem científica e concisa que teve para com esta análise desde o seu início, a admiração que tenho por si é incontestável.

Um agradecimento especial à minha família, em particular à minha mãe, por ser um modelo de coragem, companheirismo e resiliência, não só nos momentos de maior desafio, como nos momentos de maior realização. Ao meu pai, obrigada por relativizar as situações de maior fardo, tornando o difícil no fácil, na maioria das vezes.

## RESUMO

A cooperação assume várias modalidades, sendo uma delas direcionada para o desenvolvimento. Uma cooperação essencial para a capacitação dos países em desenvolvimento, embora, em múltiplos casos, os resultados continuem aquém dos esperados. Uma cooperação em que a China tem vindo a desafiar os doadores tradicionais e a posicionar-se como um interveniente privilegiado e que impõe o consenso de Pequim.

A presente dissertação, intitulada “O Mundo Lusófono na política de cooperação da China”, tem como principal objetivo historiar a forma como se tem desenvolvido a cooperação da República Popular da China com o Mundo Lusófono e inferir se essa cooperação beneficia de forma idêntica todos os intervenientes.

Face ao objetivo principal, esta dissertação pretende responder às seguintes questões de partida:

- De que forma Macau desempenha um papel fundamental na cooperação entre o mundo lusófono e a República Popular da China?
- Que características assume a cooperação chinesa com o Mundo Lusófono?

De forma a encontrar resposta para estas questões, no primeiro capítulo é feita uma contextualização teórica, abordando-se os conceitos operacionais, designadamente as várias tipologias da cooperação. Depois, no segundo capítulo, analisa-se a evolução do relacionamento entre a China e Portugal relativamente a Macau, e a estratégia chinesa de usar Macau como instrumento de aproximação à Lusofonia. Finalmente, o terceiro capítulo estuda as várias dimensões da cooperação da China com o Mundo Lusófono.

Quanto à metodologia, privilegia-se a qualitativa, através da consulta do acervo já publicado, mas também se recorre à metodologia quantitativa, assente em dados disponíveis nos Institutos Nacionais de Estatística Lusófonos e outras fontes credíveis.

**Palavras-chave:** Cooperação, Mundo Lusófono, China e Macau.

## ABSTRACT

Cooperation takes several forms, one of which is directed towards development. Essential cooperation for the capacity building of developing countries, although in many cases the results continue to fall short of expectations. A cooperation in which China has been challenging traditional donors and positioning itself as a privileged actor and imposing the Beijing consensus.

This dissertation, entitled "The Lusophone World in China's cooperation policy", has as its main objective to history how the cooperation of the People's Republic of China with the Lusophone World has developed and to infer whether this cooperation benefits all stakeholders in an identical way.

Given the main objective, this dissertation aims to answer the following starting questions:

- How does Macao play a key role in cooperation between the Portuguese-speaking world and the People's Republic of China?
- What characteristics does Chinese cooperation with the Lusophone World assume?

To find an answer to these questions, in the first chapter a theoretical contextualization is made, addressing the operational concepts, namely the various typologies of cooperation. Then, in the second chapter, the evolution of the relationship between China and Portugal in relation to Macau is analyzed, and the Chinese strategy of using Macau as an instrument of approximation to Lusophony. Finally, the third chapter studies the various dimensions of China's cooperation with the Lusophone World.

As for the methodology, the qualitative is privileged, through the consultation of the already published collection, but also the quantitative methodology is used, based on data available in the National Lusophone Statistical Institutes and other credible sources.

**Keywords:** Cooperation, Lusophone World, China and Macao.

## LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

**AIIB** - Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas

**ANACOM** - Autoridade Nacional de Comunicações

**ANP** - Agência Nacional do Petróleo

**APD** - Ajuda Pública ao Desenvolvimento

**ATDC** - Agricultural Technology Demonstration Centre

**BBC** - British Broadcasting Corporation

**BDC** - Banco de Desenvolvimento da China

**BRICS** - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Su

**CAD** - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

**CMG** - Grupo de Média da China

**CNOC** - China National Offshore Oil Corporation

**CNPC** - China National Petroleum Corporation

**CPLP** - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**CPSC** - Consumer Product Safety Commission

**EDP** - Energias de Portugal

**E&P** - Exploration & Production

**EPE** - Empresa de Pesquisa Energética

**EUA** - Estados Unidos da América

**EUO** - ProShares UltraShort Euro ETF

**EXIM** - Export-Import Bank

**FDI** - Foreign Direct Investment

**FMI** - Fundo Monetário Internacional

**FNLA** - Frente Nacional de Libertação de Angola

**FOCAC** - Forum on China-Africa Cooperation

**FRELIMO** - Frente de Libertação de Moçambique

**GRAE** - Governo Revolucionário de Angola em Exílio

**IIAM** - Institute of Agrarian Research of Mozambique

**MCT** - Ministry of Science and Technology

**MPLA** - Movimento Popular de Libertação de Angola

**NATO** - Organização do Tratado do Atlântico Norte

**NOC** - National Oil Company

**OBOR** - One Belt One Road

**OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**OEI** - Organização dos Estados Ibero-Americanos

**OMC** - Organização Mundial do Comércio

**ONGD** - Organização Internacionais não governamentais para o desenvolvimento

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**OSCE** - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

**PAIGC** - Independência da Guiné e de Cabo-Verde

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**RAE** - Região Administrativa Especial

**RAEM** - Região Administrativa Especial de Macau

**RPC** - República Popular da China

**UE** - Union European

**UNITA** - União Nacional para a Independência Total de Angola

**UNMISET** - Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste

**UPA** - União dos Povos de Angola

**USD** - United States Dollar

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1. Capítulo I – Contextualização Teórica</b> .....	<b>14</b>
1.1. Cooperação .....	14
1.2. Tipologias da cooperação.....	15
<b>2. Capítulo II – A História do Relacionamento</b> .....	<b>19</b>
2.1. A questão de Macau na ONU.....	19
2.2. O Fórum de Macau .....	24
<b>3. Capítulo III – A Cooperação da China com o Mundo Lusófono</b> .....	<b>28</b>
3.1. Em África .....	28
3.1.1. Angola.....	32
3.1.2. Moçambique.....	35
3.1.3. São Tomé e Príncipe .....	38
3.1.4. Guiné-Bissau .....	40
3.2. Em Portugal.....	43
3.3. No Brasil .....	50
3.4. Em Timor-Leste .....	57
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>65</b>
<b>WEBGRAFIA</b> .....	<b>67</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>73</b>

## INTRODUÇÃO

Atualmente o mundo encontra-se marcado por desafios e divergências que colocam em causa a manutenção da paz, em virtude de não existir uma nova ordem mundial, capaz de a preservar.

Uma situação nova, no mundo globalizado no qual Henry Kissinger (2017, p. 17), ainda acredita que “o sistema vestefaliano contemporâneo, que hoje é global - e a que coloquialmente chamamos comunidade internacional -, tem-se empenhado em conter a natureza anárquica do mundo” através de “uma ampla rede de estruturas jurídicas e institucionais nacionais” cujo objetivo é atenuar e/ou gerir a conflitualidade.

Neste mundo global, encerrado o ciclo da Guerra Fria e do unilateralismo dos Estados Unidos, novos atores estão a surgir na arena global. É o caso da China.

No ano de 2012, Xi Jinping conquistou a chefia do Partido Comunista Chinês e do Estado. Determinada a assumir um papel central na política mundial, a China de Xi assume-se como uma potência confiante e disponível para utilizar o seu recém-adquirido poderio económico e militar (Rato, 2020, p. 191). No que concerne ao elemento militar, importa dizer que a China enquanto Estado que nunca se ocidentalizou e que sempre se chamou Estado-Civilização “o mais notável dos emergentes, regressa à reivindicação do espaço marítimo que deixou de navegar antes da chegada dos navegadores portugueses”, pois tenciona “ocupar um dos primeiros, senão o primeiro, lugar da hierarquia das potências” (Moreira, 2019, pág. 141).

Pese embora transmita uma imagem de ascensão pacífica e de desenvolvimento pacífico, a China surge na arena global com toda a pujança, causando uma reação ao sistema face a este novo competidor, percecionado como uma ameaça, passível de colocar em causa a hegemonia dos Estados Unidos.

A política chinesa começou por ser de cariz económico e assim, de acordo com Viktor Sukup (2002, p. 82), “a adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 consolida a crescente abertura do país de maior população do mundo”, o que contribuiu para a abertura económica da China e para a sua acentuada globalização, proporcionando-lhe “um papel de destaque no mundo do século XXI”, situação que provoca insegurança por parte dos restantes estados.

Não obstante a complexidade da geoestratégia mundial, num mundo onde a conflitualidade é inerente ao sistema, também surgem situações que podem ser vistas como

solução para problemas locais e regionais. É o caso da cooperação. De facto, a cooperação direcionada para o desenvolvimento e para a capacitação torna-se fulcral para combater as dificuldades económicas e sociais dos países em desenvolvimento, nos quais se inserem muitos dos países lusófonos, em articulação com os países desenvolvidos.

Pese embora, a cooperação para a capacitação dos países em desenvolvimento seja essencial, em múltiplos casos, os resultados continuam aquém dos esperados.

Ora, nesta modalidade de cooperação a China tem vindo a desafiar os doadores tradicionais e a posicionar-se como um interveniente privilegiado e que impõe o consenso de Pequim, para atingir os objetivos desejados. Carmen Amado Mendes (2020, p. 26) “a política externa chinesa escuda-se em conceitos securitários que procuram transmitir uma imagem pacífica”. Neste contexto surge a modalidade de cooperação aplicada pela China aos países em desenvolvimento “no âmbito da cooperação Sul-Sul”, em virtude de ser realizada no hemisfério Sul, sendo o foco principal “ajudar os outros no caminho para o desenvolvimento”, para “garantir a obtenção de recursos naturais essenciais ao crescimento” da China.

É nesta cooperação Sul-Sul que surgem os países lusófonos, maioritariamente localizados nesse hemisfério. Pereira (2006, p. 33, afirma que a China vê os países lusófonos “como uma fonte de matérias-primas e fornecedora das *commodities* de que tanto precisa”, defendendo a “crescente complexidade” e um “carácter multidimensional” crescente. Uma cooperação que não está isenta de riscos, pois “após quase duas décadas de financiamento a projetos de infraestruturas por parte de instituições bancárias chinesas, a exposição de Pequim à dívida dos países africanos tem vindo a aumentar”, situação propicia aquando de uma cooperação bilateral realizada em benefício do doador e que longe de contribuir para o desenvolvimento pode criar uma nova dependência.

É o Consenso de Pequim – cooperação sem perguntas – a ditar a sua regra.

Para a presente investigação é fundamental analisar a evolução do relacionamento entre a China e Portugal. Na verdade, “as relações entre Portugal e a China duram ininterruptamente há cerca de meio milénio, sendo, por esta razão, a mais antiga entre um Estado europeu e ocidental com um grande país asiático” (Fernandes, 2008, p. 511). Um relacionamento em que Macau desempenha um papel importante pois, como Mao Zedong “afirmou que Portugal era o Estado europeu que nunca fizera guerra ao seu, delegou no governo de Macau, em 2005, as relações com os países de língua portuguesa” (Moreira, 2019, p. 159).

Uma posição também defendida por Mendes (2013, p. 281) ao afirmar que, “no plano internacional, a especificidade de Macau tem trazido a Pequim vantagens no relacionamento com os países de língua portuguesa (...) Pequim explora as afinidades culturais que esta sua Região partilha com as ex-colónias portuguesas”. Na mesma linha de pensamento, Fernandes (2017, p. 1) afirma que “os portugueses têm mantido contactos permanentes com a China desde o século XVI”, estando “tradicionalmente centrados em Macau”.

Esta situação decorre do facto de, na conjuntura do império colonial português “do ponto de vista formal, Macau não era uma colónia portuguesa, mas um território chinês sob administração portuguesa” (Pinto, 2004, p. 175).

O legado que Portugal detém em Macau é visto como um dos principais motores para pôr em prática a estratégia chinesa, sendo um ponto de interesse de grande relevância, em virtude de Macau ser “o único lugar da China onde o português é uma das línguas oficiais, o sistema jurídico é de matriz portuguesa, uma percentagem importante dos meios de comunicação social funcionam em português e há oferta cultural lusófona” (Mendes, 2013, p. 281).

Um relacionamento que na atualidade passa muito pelo Fórum de Macau, como se verá num ponto mais à frente.

Ora, em virtude de ser Lusófona e particularmente interessada pelas atuais facetas da política externa da China, surgiu a motivação para abordar esta temática e, concomitantemente a curiosidade de perceber e analisar a presença chinesa e a consequente cooperação desenvolvida pela República Popular da China (RPC) com os países lusófonos, nas suas características e consequências.

Nesse sentido, a presente dissertação tem como principais objetivos perceber o tipo de relacionamento entre a China e Portugal no que concerne a Macau, inferir de que forma a ligação a Portugal serviu como adjuvante para a relação da China com o Mundo Lusófono, compreendendo a realidade atual desse comportamento.

Face ao objetivo principal, esta dissertação pretende dar respostas às seguintes questões de partida, nomeadamente:

1. De que forma Macau desempenha um papel fundamental na cooperação entre o mundo lusófono e a República Popular da China?
2. Que características assume a cooperação chinesa com o Mundo Lusófono?

De forma a encontrar resposta para as questões supramencionadas a investigação encontra-se estruturada em três capítulos principais. No primeiro capítulo é feita uma contextualização teórica, abordando-se os conceitos operacionais, designadamente as várias tipologias da cooperação. Posteriormente, no segundo capítulo, analisa-se a evolução do relacionamento entre a China e Portugal relativamente a Macau, bem como a estratégia chinesa de usar Macau como instrumento de aproximação à Lusofonia. Finalmente, o terceiro capítulo estuda as várias dimensões da cooperação da China com o Mundo Lusófono.

Quanto à metodologia, privilegia-se a qualitativa, através da consulta do acervo já publicado, mas também se recorre à metodologia quantitativa, assente em dados disponíveis nos Institutos Nacionais de Estatística Lusófonos, documentos oficiais disponíveis online e outras fontes credíveis, visando elaborar e sustentar a presente investigação.

No que concerne às citações e referências bibliográficas, segue-se a norma APA de acordo com o regulamento em vigor na ULHT.

## Capítulo I – Contextualização Teórica

### 1.1. Cooperação

Nesta dissertação o conceito operativo base é a cooperação, conceito este que possui vários significados e que foi evoluindo ao longo do tempo.

Smith *et al.* (1995, p. 10), destaca a ambiguidade conceptual face aos inúmeros significados deste termo, defendendo que esta dificuldade se deve ao facto de os estudiosos da cooperação criarem novas definições, sem atentarem e referenciarem as anteriormente existentes.

De acordo com Chen, Chen & Meindl (1998, p. 286), a definição base de cooperação adveio de Mead, que caracteriza cooperação como “the act of working together to one end” (1976, p. 8), evidenciando a cooperação em prol de um objetivo comum.

Porém, para Khamis, Kamel & Salichs (2006, p. 2) a cooperação em termos linguísticos refere-se “to the practice of people or entities working together with commonly agreed-upon goals and possibly methods, instead of working separately in competition”, estando implícito nesta definição o espírito de-entreeajuda ou de colaboração e a rejeição da competição.

Já para Tuomela (2017, p. 10), a capacidade de cooperar em determinados contextos e situações caracteriza-se por ser uma característica da espécie humana, como tal a cooperação no seu sentido central, requer “collectively intentional attitudes such as joint intentions and shared beliefs, which have the same content and can be taken to be satisfied by the same token state”, sendo as motivações partilhadas pelos intervenientes o motor da cooperação.

Quanto a Zagumny (2019, p. 1), coloca o enfoque num outro elemento, ou seja, a cooperação incluiu dois componentes, um de cariz comportamental e outro de cariz instrumental, explicando que “the behavioral component is that people are working or acting together, while the instrumental component involves a common purpose or benefit for those involved”, ambos interligados.

Das definições supracitadas, não parece abusivo concluir que a cooperação é vista sempre como uma mais-valia.

Cittolin (2018, p. 29) chama a atenção para o facto de o conceito de cooperação variar de acordo com as diferentes áreas do conhecimento. Assim, no dicionário das Ciências Sociais o termo cooperação é definido como “any form of working together in contrast to competition”.

Não obstante cada área deter a sua própria definição do conceito, é possível encontrar algumas semelhanças e características comuns, nomeadamente “relationship, interaction, association, joint work, collective goal, common objectives, mutual benefits” (Cittolin, 2018, p. 29), estando sempre implícito o trabalho conjunto visando o alcance de um objetivo comum que favoreça as partes envolvidas.

Na mesma linha de pensamento e no campo das Ciências Sociais, Lima (s.d., p. 2) explica que os processos cooperativos são considerados como garantias para a promoção de solidariedades, lealdades, ordem e equilíbrio social, devendo ser prioritários.

Antes de apresentar as tipologias de cooperação, importa mencionar que, pese embora a existência dos vários significados que o conceito operativo desta dissertação pode ter, é certo que é necessário fomentar a cooperação “through establishing positive goal relationships among potential or actual participants” (Chen, Chen & Meindl, 1998, p. 288), procurando criar um vínculo de ligação entre os intervenientes, sendo a motivação um objetivo comum.

## **1.2. Tipologias da Cooperação**

A tipologia da cooperação depende, obviamente, do critério em que assenta. Assim, se o critério for o número de países envolvido, a tipologia contemplará três modalidades: bilateral, multilateral e trilateral.

A cooperação bilateral envolve apenas duas partes, conforme o nome indica e é geralmente apresentada como sendo menos burocrática. No Glossário da Cooperação para o Desenvolvimento (IPAD, 2005, p. 50), a cooperação bilateral é definida como a “cooperação em que os governos doadores canalizam os seus fundos de Ajuda diretamente para os recetores, sejam estes governos ou outras organizações.”

Para além disso Mincă (2015, p. 239), defende que a cooperação bilateral se refere às relações entre dois países em prol do estabelecimento do desenvolvimento e objetivos comuns. Porém, esta posição não é consensual, porque nem sempre visa objetivos comuns. Um exemplo é a cooperação conhecida pela cooperação sem perguntas realizada pela China. Esta cooperação caracteriza-se pelo sigilo, em que o país recetor permanece em silêncio face ao que foi acordado entre ambos os países, sendo um dos meios da política externa de Pequim para atingir objetivos políticos. Desta forma, a China acaba por condicionar a cooperação ao impor determinadas regras que não são passíveis de alteração, como se verá mais à frente.

Relativamente à cooperação multilateral, envolve várias partes sendo, por isso, mais demorada.

Segundo o Glossário da Cooperação para o Desenvolvimento (2005, p. 51), a cooperação multilateral é a “cooperação em que os governos enviam os fundos de Ajuda para organizações multilaterais para que estas os utilizem no financiamento das suas próprias atividades.”

De acordo com Zaman (2020, p. 2), a cooperação multilateral caracteriza-se por ser uma cooperação numa escala mais ampla, sendo canalizada por meios internacionais, regionais ou organizações sub-regionais, tendo em comum interesses de cariz político, regionais ou setoriais. Em virtude de haver uma maior diversidade de países envolvidos, alguns estudiosos defendem que existe maior transparência, podendo gerar-se sinergias, e desvalorizam a inevitável morosidade que o processo implica.

Finalmente, ainda no âmbito deste critério, surge a cooperação trilateral que, como o próprio nome indica, envolve três países, a particularidade é que os países se encontram em graus/níveis de desenvolvimento diferentes entre si. Assim, o primeiro país tem de ser um grande doador, ou seja, um país de primeiro mundo, industrializado e desenvolvido. No segundo grau, tem de existir um país emergente (China, Rússia, Brasil, Índia ou África do Sul) e, no terceiro patamar, um país obrigatoriamente em desenvolvimento, daí que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) defina o conceito dizendo que “trilateral cooperation is largely defined as development cooperation provided by traditional development partners and emerging countries to beneficiary countries” (Han, 2017, p. 3). A definição não deixa dúvidas de que, se está perante uma cooperação para o desenvolvimento e, logicamente, destinada a esbater as assimetrias regionais.

Este é um aspeto essencial nesta dissertação porque se debruça sobre a cooperação para o desenvolvimento, ou seja, uma cooperação por objetivos adaptados às necessidades dos países, havendo monitorização e acompanhamento direcionados, cujo foco é a capacitação dos países em desenvolvimento.

Ainda neste âmbito, importa destacar o conceito de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), cujo principal objetivo é fomentar o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, mediante a aplicação de programas adaptados e geridos por objetivos concretos, realizados por organismos e organizações internacionais não governamentais para o desenvolvimento (ONGD).

De acordo com Hynes & Scott (2013, p. 1), a Ajuda Pública ao Desenvolvimento tem sido padrão global, averiguando o empenho e os esforços que os países doadores fazem em prol dos objetivos da cooperação para o desenvolvimento. De mencionar que os países doadores são países desenvolvidos, que contribuem para o desenvolvimento de outros que ainda não estão nessa fase. Daí que, o Glossário da Cooperação para o Desenvolvimento (2005, p. 19), reconheça que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento compreende o “conjunto dos fluxos destinados aos países em desenvolvimento e a instituições multilaterais vindos de organismos públicos, incluindo o Estado e as autoridades locais, ou das suas agências executoras”, tendo como principal objetivo promover o desenvolvimento económico e a melhoria da qualidade de vida nos países em desenvolvimento.

Hynes & Scott (2013, p. 2), defendem que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento nunca foi um conceito perfeito, reconhecendo que o mesmo evoluiu ao longo do tempo, passando a ter em consideração e acompanhando os objetivos globais e, concomitantemente as fontes de financiamento emergentes, que rumassem ao desenvolvimento.

Segundo o Glossário da Cooperação para o Desenvolvimento (2005, p. 51), este conceito “evoluiu ao longo do tempo, em termos de conteúdo, de acordo com o pensamento e os valores dominantes sobre o desenvolvimento e o sentido da coresponsabilidade dos países ricos relativamente à situação dos países pobres.”

De acordo com Afonso (s.d, pp. 33-34), o conceito de cooperação para o desenvolvimento inclui “uma grande diversidade de fluxos, quanto à origem e natureza, visando promover o desenvolvimento económico e social nos países menos desenvolvidos”, explicando que a ajuda para o desenvolvimento remonta ao período da Segunda Guerra Mundial, mais concretamente ao sucesso do Plano Marshall.

Finalmente, se o critério for o “caderno de encargos” ou os condicionamentos que o país doador impõe ao país recetor, a tipologia da cooperação passa a considerar novas modalidades: ligada, parcialmente ligada e desligada.

A ajuda ligada tem o melhor exemplo na China, como tinha ficado implícito anteriormente, e caracteriza-se por ser uma ajuda que é acordada com a condição dos serviços, bens ou equipamentos serem adquiridos no país doador (Glossário da Cooperação para o Desenvolvimento, 2005, p. 17), sendo previamente estipulado pelo país doador a empresa destinada ao financiamento.

Isso mesmo é reconhecido por Moreira (2004, p. 55), quando afirma que a ajuda ligada “pode ser acordada com a condição de ser gasta na compra de bens e serviços do país doador”. Cardoso (2017, p. 24), explica que a China tem apostado na ajuda ligada, afirmando que a intervenção chinesa na esfera económica se baseia na “introdução explícita de condicionalidades típicas da ajuda ligada”, defendendo que é exemplo da ajuda ligada chinesa “a existência de cláusulas que obrigam à contratação de firmas chinesas”.

No entanto, na reunião de alto nível do CAD da OCDE em 2001, foi recomendado que a ajuda devesse deixar de ser ligada de forma a promover a “accountability” dos países recetores e evitar uma dependência em relação ao país doador, para além de possibilitar um aumento no que concerne à concorrência na aquisição dos serviços.

Surge então a ajuda parcialmente ligada, definida como “ajuda em que os bens e serviços associados devem ser adquiridos no país doador ou num grupo restrito de outros países o qual inclui sobretudo países em desenvolvimento” (Glossário da Cooperação para o Desenvolvimento, 2005, p. 18), como se constata, esta modalidade já permite uma maior liberdade de ação do país recetor, embora ainda esteja sujeita a condicionamentos.

Finalmente, há a considerar a ajuda desligada ou, conforme afirma o Glossário da Cooperação para o Desenvolvimento (2005, p. 18) a “ajuda fornecida sem pré-condições de aquisição dos serviços, bens ou equipamentos. O recetor pode, livremente, adquiri-los onde quiser.” Não é abusivo concluir que esta modalidade pode ser aquela que melhor serve os interesses do recetor, uma vez que não restringe a sua capacidade de escolha.

Outras tipologias poderiam ser elencadas, mas as apresentadas já parecem suficientes para a contextualização teórica da problemática da cooperação.

## Capítulo II – A História do Relacionamento

### 2.1. A Questão de Macau na ONU

A relação luso-chinesa é de longa data, tendo sido marcada por momentos de rivalidade e de oscilações, no qual se refletem vários séculos de convivência, vigorando a questão de Macau no cerne deste relacionamento. Fernandes (2008, p. 511), explica que as relações entre Portugal e a China duram “ininterruptamente há cerca de meio milénio”, sendo “a mais antiga entre um Estado europeu e ocidental”, explica ainda que a “enorme longevidade”, característica desta relação, passou por várias fazes, tendo sempre “Macau como pedra angular”.

Para melhor compreender as dinâmicas da questão de Macau e, concomitantemente da relação luso-chinesa é essencial recorrer a alguns aspetos históricos de maior relevância que permitam compreender desde quanto é que os portugueses estão em Macau e porquê.

Assim, importa remontar ao período quinhentista, aquando da conquista de Malaca, na Malásia, pelos portugueses em 1511, sendo o posicionamento neste local o ponto de partida das expedições portuguesas para a China e para o Japão nas décadas seguintes. De acordo com Braga (2016, pp. 15-18), “em 1513, Jorge Álvares, um dos capitães de Afonso de Albuquerque, atracava na ilha chinesa de Tamão”, tornando-se um marco, em virtude de ter sido a primeira embarcação conhecida com europeus a bordo a alcançar a região (Cardoso, 2021, p. 20).

Entretanto, de acordo com Fernandes (2008, p. 512), “assistiu-se a uma intervenção régia para que se deslocasse um embaixador português à China” e D. Manuel I ordenou que o boticário Tomé Pires fosse enviado, tendo chegado a Cantão em 1517. Contudo, ocorreu “uma série de recontros que contribuíram para o falhanço da primeira embaixada portuguesa em Pequim e para a detenção de Tomé Pires, quando regressou a Cantão em 1521”, em virtude de “várias pressões de mercadores portugueses” e “outras insensibilidades”. Assim, poder-se-á afirmar que, nos primeiros anos, as relações entre Portugal e a China foram “extremamente difíceis”, apesar de Tomé Pires ter tentado assegurar os interesses particulares portugueses junto da China, procurando “estabelecer contactos diretos com a corte imperial em Pequim” (Fernandes, 2008, p. 513).

Porém, não demorou muito a que a situação evoluísse no sentido pretendido por Portugal a convergência de interesses que foi surgindo ensinou “a portugueses e chineses o «modus vivendi» que tornou possível Macau, e deram a conhecer a China ao ocidente europeu, pela primeira vez em tempos modernos” (Ramos, 1990, p. 157). Ainda de acordo com Ramos

(1990, p. 158), “o «assentamento» de Leonel de Sousa, em 1554, através do qual negociou e acordou com autoridades chinesas interesses convergentes”, foi um acontecimento fundamental, pois possibilitou o desenvolvimento do comércio e a legalização das atividades, abrindo “as portas ao estabelecimento de Macau”.

Ramos (1990, pp. 165-166), explica que, em 1555, ano seguinte ao Assentamento, os documentos já estabeleciam novas diretrizes, nomeadamente que “o comércio que os portugueses podiam fazer legalmente em Cantão e noutras cidades” chinesas, levando à conclusão de que “passados uns meses, um ano talvez, «nascia» Macau”. Pois, com o Assentamento de Leonel de Sousa, “Portugal e a China subscreviam o primeiro acordo no plano jurídico convencional, criavam as condições mutuamente benéficas para o incremento do comércio, cuja expressão mais concreta foi Macau”, concluindo-se assim “depois de tantas dificuldades, o primeiro período das relações de Portugal com a China.”

Deste modo, Macau passou a ser um território com grande preponderância nas relações luso-chinesas, tornando-se, cada vez mais, num porto internacional, intensificando-se, posteriormente, a consolidação política e institucional portuguesa na região.

Percebemos então como teve início a fixação dos portugueses em Macau.

Com a entrada do Estado Novo houve o desejo, que já vinha da Primeira República, de mostrar que Portugal não era um país pequeno e Macau, cuja “sobrevivência económico-financeira do território começava, a pouco e pouco, a estabelecer-se nas atividades relacionadas com o jogo e com o turismo” (Cardoso, 2021, p. 22), fazia parte do todo nacional.

No entanto, importa salientar que a China nunca aceitou a designação de colónia para Macau pois, de acordo com Castanheira (1999, p. 13), “Macau era parte integrante do seu território” e “a cedência parcial vigoraria enquanto fosse do seu interesse” e “consentia na presença portuguesa na exígua península e em mais algumas ilhas próximas, na medida em que essas autoridades estrangeiras não prejudicassem os seus interesses, nem afrontassem a sua suprema autoridade” (Pinto, 2004, p. 173).

O aumento do número de habitantes em Macau também foi significativo. Segundo Sheng (2016, p. 523), quando Macau se estabeleceu uma colónia portuguesa tinha apenas 800 habitantes, incluindo 600 portugueses, verificando-se um “economic boom” que atraiu milhares de imigrantes de todas as partes do mundo. Em 1640, verificou-se um acentuado crescimento para 40.000 habitantes, dos quais 6.000 portugueses, 29.000 chineses e 5.000 de outras nacionalidades. Durante o período da administração portuguesa em Macau, um quarto da

população tinha inclusive passaportes portugueses, a maioria cidadãos de Macau (Sheng, 2016, p. 524).

A significativa presença portuguesa em Macau é, ainda hoje, génese de várias discussões académicas, a necessidade de desenvolvimento do comércio, a estratégia de controlo da atividade estrangeira ou o combate à pirataria japonesa são alguns fatores que os académicos consideram e defendem (Cardoso, 2021, p. 22).

Por sua vez, é de atentar que o evidente interesse de longa data que a China tem em Portugal, mais concretamente desde o período da administração portuguesa ou até mesmo há 500 anos atrás, se prende com o facto da China ter em Macau uma abertura para o mundo. A China percebeu que Portugal, país europeu e lusófono, seria fulcral para a estratégia de aproximação a parceiros que privilegiavam, designadamente países da CPLP e, concomitantemente países europeus, conseguindo, deste modo ter presença em vários continentes.

Fernandes (2008, p. 521), explica que “os governos centrais da China e de Macau têm prosseguido com grande intensidade o seu programa de transformar Macau na plataforma privilegiada dos contactos da China com a lusofonia”, salientando a “enorme dependência energética da China do exterior” de matérias como petróleo, minério de ferro e da soja, privilegiando uma “agenda diplomática ativa e dinâmica” que consiga ir ao encontro do “rápido crescimento económico” da China.

Daí a forte aposta e investimento na língua portuguesa para “docentes e discentes sinófonos”, o objetivo é que chineses saibam falar e escrever português com a finalidade de “permitir às empresas chinesas atuar com menos obstáculos e maior eficiência em Angola, Brasil e Moçambique, os três mais importantes países lusófonos para a China”, contando centros de ensino da língua portuguesa (Fernandes, 2008, p. 522).

Não obstante o consolidar da relação luso-chinesa face a Macau, o paradigma viria a alterar-se aquando do término da Segunda Guerra Mundial e da conseqüente política descolonizadora da ONU, tendo sido decidido que os países que possuíam colónias, teriam de lhes dar independência. Era o caso de Portugal, só que, como já foi dito, Macau não era uma colónia.

Assim, em 1962, foi instaurado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o Comitê Especial sobre a Descolonização, com o intuito de “fazer valer a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais (ou simplesmente Declaração sobre a

Descolonização), proferida através da Resolução n.º 1514 de dezembro de 1960” (Andrade, 2017, p. 140), na qual era defendido que “todos os povos tinham o direito de decidir livremente qual o seu estatuto político e o seu modelo de desenvolvimento económico, social e cultural” (Santos, 2009, p. 1).

Evidentemente que um dos principais alvos desta política descolonizadora foram as colónias portuguesas.

Esta posição já vinha de trás, porque, como Lara (2000, p. 53) afirma, depois da Primeira Guerra Mundial, a Sociedade das Nações encetou “uma nova política colonial, cuja característica mais notória era a da má consciência relativamente ao bem-estar dos povos colonizados”, que acabou por legitimar “o colonialismo ocidental até à febre descolonizadora que saiu da II Guerra Mundial e que conduziu ao desmoronar dos seculares impérios coloniais” (Pinto, 2004, p. 113).

Tal situação gerou várias controvérsias e, inclusive, de acordo com Santos (2009, p. 2), até ao 25 de Abril de 1974 Portugal nunca participou nas reuniões do Comité onde foram debatidas a situação das suas colónias. Conforme explica Pinto (2004, p. 79), “Salazar considerou erradamente que, terminado o conflito mundial, tudo voltaria ao sistema da balança de poderes europeia e ocidental e assim seria fundamental para o Ocidente a manutenção do Império Colonial Português”, motivo que levou Salazar a “opor-se à descolonização preconizada na Carta das Nações Unidas e a resistir à luta iniciada pelos movimentos independentistas africanos”.

Era certo que Salazar não queria dar a independência às colónias portuguesas, tendo inclusive alterado a sua nomenclatura para “províncias ultramarinas” defendendo que Portugal não detinha colónias, mas sim províncias ultramarinas, para não ter de abdicar das mesmas.

De acordo com Kaúlza de Arriaga (2001, p. 16), Salazar procurou corrigir o Acto Colonial de 1933, quando procedeu à alteração do Conceito Ultramarino Português, que “estava imbuído de outro e anacrónico espírito de império” e, dentro da linha do Estado Novo, Salazar “teve a grandeza de manter a decisão de defender, a todo o custo, a integridade do Conjunto Português” (Arriaga, 2001, p. 18). Assim, “Salazar não pretendia fazer a descolonização e, dessa forma, limitou-se a alterar a designação de colónias, substituindo-a pela de províncias ultramarinas” (Pinto, 2004, p. 80).

Voltando à questão de Macau, o Grupo de Trabalho sobre a Descolonização Portuguesa (1979, p. 158), defendia que a posição portuguesa se prendia com o “Tratado de Amizade e

Comércio entre Portugal e a China assinado em 26 de Maio de 1887”, no qual “a China confirma na sua íntegra o artigo II do protocolo de Lisboa que trata da perpétua ocupação e governo de Macau por Portugal”, sendo, deste modo, “reconhecido e garantido pela China o direito de Portugal sobre o território” (Pinto, 2008, p. 172).

Da parte da China, o cerne da questão vigorava, uma vez mais, em Macau e, ciente do interesse geopolítico que tinha em Portugal, a China defendeu desde sempre que Macau não era uma colónia portuguesa, não autorizando, por isso, que Macau fosse integrado nos territórios a descolonizar, pois Macau era território chinês sob administração portuguesa e, quando assim o entendesse, a China recuperaria a administração do território.

O Presidente Mao Tsé-Tung afirmava inclusive que os portugueses não fizeram como outros povos colonializadores, pois não impuseram tratados desiguais à China, separando-se a questão de Hong-Kong, que era da Inglaterra, da questão de Macau, cabendo à China a decisão do futuro de Portugal face à administração do território, tendo sido o que aconteceu.

Em Portugal, na decorrência do 25 de Abril de 1974, o paradigma alterar-se-ia novamente, “o regime tinha evoluído no sentido de que iria ser concedida independência às colónias africanas”, tendo sido aprovada a Lei Constitucional n.º 7/74, em 26 de Julho de 1974 pelo Conselho de Estado, após “uma renhida luta de bastidores, entre spinolistas e descolonizadores”. A Lei Constitucional reconhecia o “direito dos povos à autodeterminação. [...] com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos e a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933” (Fernandes, 2008, pp. 357-358).

Ainda de acordo com Fernandes (2008, p. 358), Kurt Waldheim, secretário-geral da ONU, firmou, aquando da sua visita a Lisboa entre os dias 2 e 4 de Agosto de 1974, o processo português de descolonização, realçando a “nova política de cooperação entre Lisboa e Nova Iorque no cumprimento das declarações e resoluções das Nações Unidas sobre os domínios coloniais portugueses” e, em simultâneo destacava a “vontade portuguesa de conceder a independência e respeitar a integridade territorial das suas cinco colónias africanas”. Contudo, nem Macau nem Timor tinham sido mencionados no comunicado do secretário-geral da ONU.

De acordo com Pinto (2004, p. 174), “a seguir ao 25 de Abril, surgiram em Macau associações políticas em que só podiam participar portugueses”, nomeadamente: o Centro Democrático de Macau e a Associação para a Defesa dos Interesses de Macau. Contudo, “a formação dessas associações não pode ser vista como uma tentativa dos portugueses residentes

em Macau para procurarem controlar o futuro do território, desafiando a autoridade da República Popular da China.”

Geraram-se sucessivas negociações relativamente ao futuro de Macau e, nas negociações que se iniciaram em junho de 1986 e ficaram concluídas a 26 de março de 1987, “ficou assente que Macau era território chinês e que o regresso do território à administração chinesa se processaria a 20 de Dezembro de 1999”. Assim, “Macau teria o estatuto de Região Administrativa Especial e beneficiaria da autonomia resultante do princípio um país, dois sistemas.”

De acordo com Fernandes (2008, p. 139), importa considerar que “a continuidade da administração portuguesa em Macau se deveu ao grande empenho político que a China Continental colocou na manutenção do status quo no enclave para salvaguardar os seus interesses financeiros, comerciais, económicos e políticos no território e no exterior”, pois, caso contrário, se “esta atitude não prevalecesse entre os decisores políticos chineses, seria completamente impossível a viabilidade de Macau como território administrado por Portugal até 1999.”

## **2.2. O Fórum de Macau**

O facto de Portugal aceitar as condições e que o processo fosse traçado conforme a China idealizava, permitiu que se consolidasse o relacionamento a seguir, criaram-se condições para a aproximação entre Portugal e a China. É nesta sequência que se forma o Fórum de Cooperação Económica entre a China e os Países de Língua Portuguesa, mais tarde denominado por Fórum Macau.

De acordo com Fernandes (2008, p. 520), o governo central chinês mostrara-se “muito empenhado política, comercial e economicamente em reforçar o papel de Macau na política comercial externa do país”, sendo evidente o interesse na aproximação da China face aos países de língua portuguesa.

Na perspetiva de Gonçalves (2007), “Portugal surge aos olhos do governo da China como uma pequena potência com capacidade de influência europeia e com um papel insubstituível no contexto geocultural da lusofonia”, sendo fator aliciante para a China o “desempenho de Portugal no palco internacional”, país detentor de grande protagonismo no quadro internacional. Na sequência do fim da Guerra Fria e distanciando-se do rótulo de antigo colonizador, Portugal, membro ativo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO),

da União da Europa Ocidental (UEO), da OSCE e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), membro não-permanente do Conselho de Segurança entre 1997 e 1998, fundador, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa e, membro com a Espanha da OEI, Organização dos Estados Ibero-Americanos, “assumia-se parte inteira no redesenhar dos equilíbrios mundiais”.<sup>1</sup>

De acordo com Pinto (2004, p. 267), verificavam-se “iniciativas de aproximação entre a China e os países lusófonos”, bem como a vontade da China em “manter Macau como palco e centro desta mesma aproximação”, situação evidenciada em três iniciativas desenvolvidas em Outubro de 2003, das quais se destaca para a presente investigação o Fórum de Cooperação Económica entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Realizado e organizado em Macau, através de uma iniciativa da República Popular da China, estiveram presentes, para além da China, representantes de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor, cuja primeira edição resultou num “Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial, aprovado na conferência ministerial dos países presentes” (Pinto, 2004, p. 268).

Ainda de acordo com Pinto (2004, p. 268), este Fórum não foi uma “iniciativa isolada”, mas sim “o primeiro de uma série de fóruns” que decorreriam de três em três anos, destaca-se a posição de Macau nesta iniciativa, desempenhando um “importante papel”, em virtude de ser em Macau que “funciona o secretariado permanente deste projecto, que tem dois objectivos centrais: a organização dos fóruns futuros e o acompanhamento de todas as iniciativas e projectos que resultem deste e dos próximos fóruns”.

No Livro do Ano de 2003, publicado pelo governo da RAE, é expresso que “Macau é a única cidade chinesa que pode desenvolver uma relação especial com países de expressão portuguesa nos quatro continentes” e ainda que a “política mais importante do Governo da RAEM<sup>2</sup> é desenvolver Macau como uma plataforma de cooperação económica e cultural entre a China Continental e os países de expressão portuguesa”, destacando-se a cooperação na área económica e comercial que adveio de Macau, graças “aos comerciantes do interior do país e dos países de expressão portuguesa” que aí se alocaram (Fernandes, 2008, p. 521).

Cardoso (2021, p. 32), defende que o Fórum Macau é um instrumento “multilateral de cooperação intergovernamental” e tem como objetivo “a consolidação do intercâmbio

---

<sup>1</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica do artigo «Macau nas relações entre a China e Portugal», disponível em [https://www.janusonline.pt/arquivo/2007/2007\\_2\\_14.html](https://www.janusonline.pt/arquivo/2007/2007_2_14.html), acedido em 9 de fevereiro de 2022.

<sup>2</sup> Sigla que representa a Região Administrativa Especial de Macau.

económico e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, utilizando Macau como plataforma de ligação entre os Países Participantes”.

De acordo com Pinto (2004, p. 268), o papel desempenhado por Macau ao longo dos séculos, “quer como entreposto comercial quer como ponte cultural e civilizacional entre o Oriente e o Ocidente”, é representativo da preponderância que Macau detém “no presente e no futuro”. A China percebeu que Portugal teria grande importância e seria uma mais-valia na sua estratégia mundial de crescimento económico e, se garantisse a sua aproximação com Portugal era aberta a porta para o mundo lusófono e também para a Europa, para África e para a América do Sul, tendo assim presença em vários continentes.

Fernandes (2008, p. 521), explica que os “governos central da China e de Macau têm prosseguido com grande intensidade o seu programa de transformar Macau na plataforma privilegiada dos contactos da China com a lusofonia”, pois a “dependência energética da China do exterior” é significativa no que toca a matérias-primas, fazendo todo o sentido que a China “privilegie uma agenda diplomática activa e dinâmica para ir ao encontro do seu rápido crescimento económico”, tirando maior proveito do continente Africano, rico em matérias primas e minérios.

A aposta da China na língua portuguesa é fruto de uma evidente estratégia de difusão e expansão que reflete na crescente presença da língua portuguesa em universidades chinesas. O ensino da língua portuguesa encontra-se em vertiginosa expansão em universidades chinesas e o governo de Pequim tem feito vários investimentos em instituições que ensinem português e, nos últimos dez anos, o número de universidades chinesas que ensinam português praticamente quadruplicou, passando de 6 para 23 instituições (Thomaz, 2017)<sup>3</sup>.

Nesta sequência, de acordo com Rangel (2016, p. 29), no âmbito da 3ª Conferência Ministerial do Fórum Macau, em 2010, o então Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, destacou no seu discurso a importância da língua portuguesa no relacionamento com os países lusófonos, aspeto que conferiu um impulso e incentivo renovados à missão de Macau no crescente exercício da cooperação cultural (Cardoso, 2021, p. 32). O Fórum Macau tem procurado organizar ou apoiar iniciativas como a Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa, em articulação com o Festival da Lusofonia, ou o Desfile por Macau, Cidade

---

<sup>3</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica do artigo «Porque a China aposta na Língua Portuguesa», disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41022424>, acedido em 9 de fevereiro de 2022.

Latina, como forma não apenas de promover a difusão da língua portuguesa na China, uma vez que os interesses chineses são bem mais abrangentes.

De acordo com o Governo da RAEM (2020), ao nível da educação e recursos humanos, “foi criado o Centro de Formação do Fórum de Macau, em 2010, que coopera com o Governo de Macau, com as autoridades chinesas e com várias associações e instituições de ensino superior locais no intercâmbio e criação de quadros qualificados dos países de língua portuguesa” (Cardoso, 2021, p. 32). Neste âmbito, Fernandes (2008, p. 522), afirma que os centros mais importantes do ensino da língua portuguesa “têm sido a Universidade de Macau e o Instituto Politécnico de Macau”, que pertencem ao governo da RAEM, bem como “o Instituto Português do Oriente, instituição vocacionada para o ensino da língua e cultura portuguesas na China, em particular, e no Leste da Ásia, em geral, do Instituto Camões.”

Na mesma linha de pensamento, Pinto (2004, pp. 268-269), explica que são “provas da vontade de Macau continuar a pertencer ao mundo lusófono” o facto de Macau considerar o português como uma das suas línguas oficiais, expresso no artigo 9.º da Lei Básica de Macau, “um texto equivalente a uma Constituição dum Estado soberano”, “aliado à existência de um Boletim Oficial, que é o equivalente ao Diário da República em Portugal”, possibilitando que qualquer cidadão se dirija a um “serviço público utilizando o português ou o chinês e de os tribunais terem juízes portugueses e chineses e utilizarem ambas as línguas no seu funcionamento”, sendo claros os esforços na preservação do ensino da língua portuguesa por parte do governo chinês.

Poder-se-á afirmar que, Macau é percecionado pela China como uma porta de oportunidades e que, através de iniciativas como o Fórum Macau, a China encontra formas de garantir a sua estratégia de crescimento económico que incide, essencialmente, nos países da CPLP. Ao investir na língua portuguesa, Pequim reconhece a importância da língua no contexto global e aponta para novas oportunidades de projeção internacional através da língua portuguesa.

Deste modo, a China tem vindo a atuar estrategicamente na articulação entre políticas culturais e interesses geopolíticos, tendo sempre em vista o seu crescimento económico para se afirmar como superpotência mundial. Interessa por isso perceber de que forma o relacionamento da China com a Luso esfera corresponde a um elemento importante da política externa chinesa.

### Capítulo III – A Cooperação da China com o Mundo Lusófono

#### 3.1. Em África

A China assume cada vez mais uma posição de preponderância internacional derivada à ascensão acentuada da sua economia, tendo a maioria dos países em desenvolvimento, a grande parte dos países africanos e, concomitantemente do Mundo Lusófono, como importantes atores na sua estratégia transfronteiriça de crescimento económico, levada a cabo por Xi Jinping.

Assim, a África é mote principal da estratégia do Grande Dragão, sendo vista como um continente atrativo em minérios e outros recursos naturais de grande valor para a China, mas com grande cadência em infraestruturas, pretexto para a aproximação da China ao continente africano através da expansão dos investimentos e fluxos financeiros prometidos, estando implícitas várias negociações sigilosas, no âmbito da cooperação existente, conforme já mencionado.

De acordo com Pereira (2006, p. 21), a relação sino-africana não era evidente “dada a não existência de proximidade geográfica ou de um património linguístico e histórico-cultural comum”, deste modo, para melhor compreender a evolução da relação entre a China e África importa atentar a alguns aspetos históricos.

Schiere, Ndikumana & Walkenhorst (2011, p. 1), afirmam que a presença da China em África remonta ao séc. XV, período em que os comerciantes chineses chegaram à África Oriental, contudo, defendem que a relação sino-africana moderna tem as suas origens no período pós-colonial, aquando da expansão da cooperação com o continente africano como parte da sua campanha de solidariedade, promovendo o desenvolvimento dos países em vias de desenvolvimento.

Segundo os autores supracitados, a campanha de solidariedade e desenvolvimento da China em África incluiu “un prêt sans intérêts de 400 millions de dollars EU sur 1970-1975 pour la construction de l’emblématique ligne de chemin de fer reliant la Tanzanie à la Zambie, sur 1 800 kilomètres”, tendo sido um feito de grande importância para a China, um país que, ainda há poucas décadas, era considerado pobre. Para além disso, a China “a également financé plusieurs chantiers prestigieux, comme la construction de stades de football et de bâtiments publics”, tornando-se significativa a aposta e financiamento da China em África.

Ainda sobre esta problemática, Anshan (2007, pp. 25-26), defende que “as ligações, sobretudo comerciais, entre a China e a África têm raízes seculares”, tendo sido aprofundadas após a Revolução Chinesa em 1949, “período no qual o objetivo de exportar a revolução coincidiu com a proliferação de movimentos de libertação nacional pela África, dos quais muitos contaram com a ajuda bélica e humanitária de Pequim” (Alves, 2010, pp. 25-26).

Importa ter presente que a própria China sofreu, durante os últimos 25 anos, várias reformas internas que permitiram o seu desenvolvimento económico e, posteriormente, a importância a nível internacional que tem atualmente.

Neste sentido, de acordo com Ajakaiye (2006, p. 2), as reformas da China começaram no final da década de 1970 com a eliminação progressiva da agricultura coletivizada, a liberalização gradual dos preços, a descentralização fiscal, a maior autonomia para as empresas estatais, a fundação de um sistema bancário diversificado, o desenvolvimento dos mercados, o rápido crescimento do sector não estatal e, finalmente, a abertura ao comércio externo e ao investimento.

Sob a liderança do Partido Comunista Chinês, a China construiu uma forma de estabelecer as relações com o mundo baseando-se na doutrina dos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”<sup>4</sup>, adotando uma política externa direcionada à promoção da coexistência pacífica entre as outras nações, estando implícitos princípios como o respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, a China utilizou ainda o “próprio legado de “agressão colonial e experiência de libertação” como forma de desenvolver laços com os países africanos recém-independentes” (Pereira, 2006, p. 21).

Para Rajwar (2009, p. 1), o envolvimento crescente entre a China e a África consolidou-se nos anos 90 com o reforço da posição da China na cena internacional e, conseqüentemente com a criação de meios que visassem a aproximação ao continente africano, explicando que “in 1993, China changed from a net exporter to a net importer of petroleum” e que “in 1996, President Jiang Zemin toured the continent, presenting a ‘Five Point Proposal’ for a new relationship with Africa”. Acrescenta ainda que “in 2000, China played its master card by creating the Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC) which agreed on a joint economic and social program”.

---

<sup>4</sup> A doutrina dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica constitui base de pensamento da política externa de Xi Jinping. Os cinco princípios baseiam-se na paz e cooperação, na abertura e inclusão, na aprendizagem e benefício mútuos, agindo através da paz e da não intervenção nos assuntos internos de outros países.

Ainda sobre este assunto, segundo Calabrese e Tang (2020, p. 10), a rápida transformação da economia chinesa foi o principal motivo para o maior envolvimento e estabelecimento das relações sino-africanas, que se intensificaram exponencialmente a partir dos anos 2000, fruto da estratégia global chinesa na qual as empresas chinesas passavam a investir no exterior.

Rajwar (2009, p. 1), defende que 2006 foi um ano decisivo para a fixação da China no continente africano, pois “China hosted the third Forum of China and Africa Cooperation bringing together forty eight African delegations and forty one heads of the state in Beijing” o que deixou a comunidade internacional preocupada relativamente às verdadeiras intenções da China em África.

Já em 2008, com o aumento do nível de vida e com o significativo aumento da industrialização e, conseqüentemente do consumo de energia e de matérias-primas, a dependência da China relativamente ao petróleo e a outros recursos importados, especialmente do continente africano, também aumentou drasticamente. Assim, “le commerce entre la Chine et les économies africaines a alors enregistré une forte croissance, et représentait près de 10 pour cent du commerce africain en 2008.” (Schiere, Ndikumana & Walkenhorst, 2011, pp. 1-2).

Conforme é afirmado pelo *Council on Foreign Relations* (2005), a China definiu a sua estratégia mundial de crescimento e afirmação comercial em África no século XXI, não apenas pela necessidade de recursos naturais, mas também pelos recursos financeiros e influência política para concretizar os seus objetivos de forma vigorosa, atuando como um doador, financiador e investidor.

De acordo com o Ministério do Comércio chinês, o “Chinese foreign direct investment (FDI)”<sup>5</sup> em África cresceu a uma taxa média composta de 18% por ano entre os anos 2004 e 2016. Em simultâneo, o financiamento de projetos chineses centrados em África tem vindo a aumentar, verificando-se o seu pico em 2015 com 55 mil milhões de dólares, quase 20 vezes o nível de Investimento Direto Estrangeiro (FDI). Em 2016 a China tornou-se no maior exportador para África, detendo 17,5% das importações africanas e, em meados de 2017, mais

---

<sup>5</sup> Investimentos empresariais realizados por entidades de um país, neste caso a China, para outro país.

de 10 mil empresas chinesas estavam a operar em África, empresas estatais que dominam nos sectores da energia, transportes e recursos (Jones, Ndofor & Li, 2022)<sup>6</sup>.

Para Schiere, Ndikumana & Walkenhorst (2011, p. 21), o que a China pretende é uma estratégia de globalização definida pelas autoridades chinesas destina-se a ajudar as suas empresas a desenvolverem-se e a tornarem-se multinacionais, através da concessão de empréstimos e outras formas de assistência para os seus projetos de investimento no estrangeiro, particularmente em mercados emergentes.

Neste sentido, importa salientar o papel dos bancos chineses, cada vez mais importantes na prestação de serviços financeiros para facilitar o comércio e os projetos de investimento em África, como é exemplo o Banco de Desenvolvimento da China, criado em 2007, caracterizado por ser o Fundo de Desenvolvimento China-África, “qui est doté de 5 milliards de dollars EU de capital-investissement afin d’aider les entreprises chinoises à se développer sur le marché africain.” (Schiere, Ndikumana & Walkenhorst, 2011, p. 21).

Importa analisar as principais tendências do mercado chinês, no que respeita ao comércio e ao investimento em África, tendo em consideração os fluxos das exportações e importações. Assim, é de notar que, segundo Calabrese & Tang (2020, p. 10), desde 2007 a China tem sido a principal fonte de importações dos países africanos e, em 2012 tornou-se inclusive no principal mercado de exportações para o continente africano<sup>7</sup>.

Ainda segundo Calabrese & Tang (2020, p. 10) e o anexo 1, verifica-se que as relações comerciais China-África são desequilibradas em termos de volumes, composição e origem, sendo que os países africanos apresentam um défice comercial em relação à China desde 2012. Assim, 90% das exportações africanas para China são combustíveis, minerais e metais, enquanto as importações abrangem uma grande variedade de mercadorias. Em 2017, os quatro maiores exportadores africanos para a China, designadamente Angola, África do Sul, República do Congo e Gana, foram responsáveis por mais de 80% do total das exportações.

Analisada a cooperação da China com a África em geral, importa agora passar para a análise dessa cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa.

---

<sup>6</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica do artigo «Chinese Economic Engagement in Africa: Implications for U.S. Policy», disponível em <https://www.fpri.org/article/2022/01/chinese-economic-engagement-in-africa/>, acedido em 20 de março de 2022.

<sup>7</sup> Cf. anexo 1.

### 3.1.1. Angola

Conforme analisado no subcapítulo anterior, a presença da China na África é cada vez mais significativa, sendo a relação sino-angolana evidência dessa dinâmica a nível internacional. Como foi dito, a China tem-se projetado para o continente africano nos últimos anos e Angola tornou-se no maior parceiro comercial da China na África, com o comércio bilateral a alcançar números exponenciais.

As relações entre a RPC e Angola datam de 1950, quando o agora país independente era ainda uma colônia portuguesa. Para perceber a relação sino-angolana, importa recorrer a alguns aspetos históricos.

De acordo com Mendes & Tian (2020, p. 58), se for considerado o histórico secular da China enquanto potência na região asiática e o período temporal de submissão às potências ocidentais, a partir de 1949 a China começou a considerar-se como “vítima do colonialismo ocidental” e como “um país em desenvolvimento”, aproximando-se, conseqüentemente, dos países com este estatuto. Neste contexto, a RPC encontra uma fenda e inicia o seu apoio a diversos movimentos independentistas africanos a favor do anticolonialismo e do anti-imperialismo, nomeadamente a luta dos angolanos pela independência, começando a participar ativamente.

Ainda de acordo com Mendes & Tian (2020, p. 59), a “resistência angolana foi maioritariamente assumida por três movimentos distintos: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)”, tendo as elites políticas chinesas investido no relacionamento com os três movimentos independentistas angolanos com o objetivo de alargar a sua influência no continente africano, detendo maior orientação de esforços na UNITA, liderada por Jonas Savimbi, secretário-geral da União dos Povos de Angola (UPA) e ministro das Relações Internacionais do Governo Revolucionário de Angola em Exílio (GRAE).

Para Pautasso (2010, p. 112), o relacionamento diplomático da China com Angola começou por ser instável e o reconhecimento pela China da independência de Angola ocorreu apenas 1983, quase uma década após a declaração de independência do país africano, feita em Luanda pelo MPLA. A conformação das relações diplomáticas ocorreu através do primeiro acordo comercial em 1984 e pela criação de uma Comissão Mista Económica e Comercial em 1988.

O relacionamento sino-angolano ganhou importância no contexto da política chinesa de Reforma e Abertura lançada por Deng Xiaoping, impulsionado “as bases da aproximação bilateral”, contudo, apenas na transição do século XX para o século XXI, é que o relacionamento viria a ganhar maior preponderância.

De acordo com Sousa (2013, p. 2), “apesar da abertura de relações diplomáticas em 1983, a cooperação da China com Angola inicia-se verdadeiramente com o fim da guerra civil e o definitivo estabelecimento da paz, em Abril de 2002”, pois com os meses que se sucederam à “pacificação do território nacional”, o governo angolano, com a finalidade de reconstruir o país fustigado pela guerra, “procurou organizar uma conferência de doadores internacionais”, cujo objetivo principal incidia na reconstrução das infraestruturas de Angola. A China, por sua vez, baseando a sua política externa nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, não hesitou em colaborar na reconstrução de Angola, “país que oferecia recursos naturais abundantes para alimentar o acelerado crescimento económico da China”.

Assim, em 2003, o governo angolano elaborou “um grande plano de reconstrução urgente de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, equipamentos administrativos, de assistência social e educativos” e, em 2004, o banco chinês EXIM, abria, inclusivamente, “uma linha de crédito de 2 biliões de dólares concedido ao Ministério das Finanças angolano para a construção de 150 projetos prioritários”, os quais incidiam na reconstrução de “infraestruturas viárias, produção e distribuição de energia, reabilitação de estruturas e equipamentos nas áreas da saúde e educação” (Sousa, 2013, p. 2).

A partir de 2007, acordos de valores monetários mais elevados foram assinados entre a China e Angola para a reconstrução de várias infraestruturas, sendo a presença chinesa cada vez mais visível no território angolano, tendo sido assinadas várias parcerias.

No que respeita à parceria energética assinada entre ambos os países em novembro de 2010, um marco importante “em direção às exigências angolanas de uma cooperação internacional em parcerias para o desenvolvimento social do país”, esta nova parceria assinou, em 2011, “um quarto acordo de cooperação no valor de 3 biliões de dólares e, mais significativo ainda”, tendo levado o Banco de Desenvolvimento da China a conceder, pela primeira vez, “uma linha de crédito no valor de 1,5 biliões de dólares sem garantias em petróleo” (Sousa, 2013, p. 3).

Importa ter presente que as perspetivas dos estudiosos face à significativa presença da China em Angola e face às intensões do Dragão chinês no continente africano se dividem.

Para Mendes & Tian (2020, p. 65), “a China procurou promover uma imagem positiva através da implementação de projetos de Cooperação para o Desenvolvimento em vários países africanos, nomeadamente em Angola” do ponto de vista político. Contudo, afirmam que, a partir de 2002, os interesses económicos se sobrepuseram “às motivações políticas, tendo a China procurado aumentar a quota de mercado das suas empresas no mercado angolano e garantir o acesso a recursos naturais, principalmente petróleo”, sendo o seu principal objetivo.

Na mesma linha de pensamento, Vines *et al.* (2009, p. 32) focalizam a sua pesquisa na forma como a RPC tem conseguido aceder aos recursos naturais, principalmente ao petróleo, através da implementação de projetos de Cooperação para o Desenvolvimento e da concessão de empréstimos ao Governo angolano, e como este gere as linhas de crédito chinesas, sustentado por altos gastos do governo e um rápido aumento das exportações, essencialmente das exportações de petróleo, “It is today a key player in Africa’s oil industry as a major producer and exporter”. Para os autores, a visita do Primeiro Ministro chinês, Wen Jibao, a Angola em junho de 2006, foi descrita por José Eduardo dos Santos<sup>8</sup> como “mutually advantageous”, e as parcerias e acordos estratégicos descritos como “pragmatic”, sem “political preconditions”, fator de maior interesse não só para a China, mas também para outros países asiáticos, como a Índia, Coreia do Sul e Japão, que em troca da prestação de bens e serviços, conseguem os cobiçados recursos naturais de Angola, particularmente petróleo.

Malaquias (2012, p. 26), acredita que a relação bilateral entre a China e Angola pode ser mutuamente benéfica, defendendo que “China benefits because Angola is a willing supplier of oil to help China’s impressive economic growth” e que, por sua vez, “Angola wins because China provides critical assistance in Angola’s post-war reconstruction process”, referência ao período em que Angola estava sob medidas de reestruturação, visando a recuperação das infraestruturas base e a recuperação económica, após o conflito civil.

Contudo, o autor não nega o facto dos projetos beneficiarem maioritariamente a China, mas acredita que Angola é beneficiada, pois acredita que “undoubtedly, the Angolan government stands to gain significant and immediate benefits from this relationship”, afirmando que, durante mais de 30 anos, o governo de Angola se aproveitou da guerra civil para justificar a sua fraca prestação, aliada a toda a pobreza do país, assim, defende que, nesta perspetiva, “the partnership with China represents an optimal immediate mechanism enabling the angolan

---

<sup>8</sup> Presidente de Angola de 1979 a 2017.

government to deliver the goods and thus assure continued legitimacy” (Malaquias, 2012, pp. 26-27).

### 3.1.2. Moçambique

De acordo com Ivo Carneiro de Sousa (2013, p. 2), as relações históricas entre a República Popular da China e a República de Moçambique são “antigas e plurisseculares, datando do estabelecimento original de portugueses no enclave do Rio das Pérolas, na década de 1550”. Desde 1530, em Goa, algumas posições portuguesas no litoral da ilha e em Moçambique alinhavam-se com Macau, formando “meia centena de cidades, fortalezas e feitorias” entre a África Oriental e o Extremo Oriente a que, “os cronistas portugueses de quinhentos chamavam orgulhosamente império”.

Os grandes comerciantes que se foram fixando e, posteriormente criando parentescos euroasiáticos desde as décadas finais do século XVI para aproveitar lucrativamente a intermediação mercantil com a China e também com o Japão até 1639, foram um mote para a intensificação das relações na época, traziam inclusive para Macau escravos africanos que, para além de trabalharem nas produções industriais que requeriam maior força, organizavam as milícias privadas dos grupos dominantes, a alta burguesia mercantil de Macau chegou a realizar entre finais do século XVII e XVIII grandes viagens comerciais a Moçambique (Sousa, 2013, p. 2).

Medeiros (2007)<sup>9</sup> afirma que, ambos os países têm uma relação de longa data, defendendo que, os primeiros registos da presença chinesa em Moçambique datam do final do século XIX, quando emigrantes chineses se estabeleceram na então cidade de Lourenço Marques, umas principais cidades de Moçambique, “os imigrantes chineses e seus descendentes locais passaram a estar presentes nas relações que se foram tecendo entre os diferentes grupos étnicos e raciais de cada uma das regiões da colónia onde se instalaram”, deu-se um processo de encontro e conjugação de culturas e, conseqüentemente de processos complexos de aculturação.

Ainda de acordo com Medeiros (2007), a comunidade de migrantes chineses “estava principalmente sediada na Beira e Lourenço Marques” e, a partir da década de 1950 começaram a instalar-se pequenas unidades fabris industriais, conseqüentemente, “as gerações mais jovens,

---

<sup>9</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica do artigo «Os Sino-moçambicanos da Beira: Mestiçagens Várias.», disponível em <https://journals.openedition.org/cea/494>, acedido em 29 de março de 2022.

que haviam frequentado as escolas oficiais, começaram a assumir funções públicas e empregos em instituições privadas”.

Mabucanhane (2015, p. 3), acredita que a histórica cooperação Moçambique-China, se contextualiza pela procura por parte de Moçambique de “alternativas de emancipação política face à colonização portuguesa”, o autor defende que “a recusa do Ocidente em dar apoio em material bélico durante a Luta de Libertação Nacional e Guerra Civil”, foram motivos que levaram “Moçambique a alinhar-se ao bloco socialista, no qual encontrou todo o apoio necessário (material bélico, combustível e bens de consumo) até a independência em 1975 e depois.”

Neste contexto de conflito e miséria e, visando a regeneração política, económica e social de Moçambique, enquadraram-se as relações de cooperação com a China em particular. A China foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com Moçambique independente, a 25 de Junho de 1975, dia da independência nacional. A partir de então, vários acordos foram assinados entre os dois países, sendo a relação entre ambos emergente.

Neste sentido, de acordo com Chichava & Alden (2014)<sup>10</sup>, após a independência de Moçambique, as relações sino-moçambicanas foram mantidas e reforçadas e, na sequência da conjuntura da formalização das relações diplomáticas, foram estabelecidos acordos de apoio e cooperação técnica, inclusive financeira entre ambos os países.

No entanto, estes autores não fazem qualquer alusão a Macau.

Assim, as relações entre a China e Moçambique mudaram à medida que o contexto internacional evoluiu, assim, “enquanto o vínculo entre estes países era essencialmente ideológico no passado, hoje, mais de quarenta anos após a independência de Moçambique, é principalmente económico” (Chichava & Alden, 2014). Importa mencionar que a China e Moçambique têm acordos de cooperação bilateral em áreas como saúde, educação, agricultura, infraestrutura e segurança e defesa, o apoio facultado consiste em doações, assistência técnica e empréstimos sem juros ou com juros baixos.

O Instituto Agropecuário Umbeluzi foi o primeiro projeto de cooperação tecnológica agrícola, estabelecido aquando do FOCAC 2006.

Nesse mesmo ano, um foi concedido um empréstimo de 50 milhões de dólares para construir “três plantas de processamento e importação de maquinaria e tecnologia agrícola”, em

---

<sup>10</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica do artigo « A Mamba e o Dragão – Relações Moçambique-China em perspectiva.», disponível em [https://www.iese.ac.mz/iese\\_chinafrica/](https://www.iese.ac.mz/iese_chinafrica/), acedido em 29 de março de 2022.

troca, o EXIM Bank (Export-Import Bank of the United States) exige que os prédios para os quais os empréstimos se destinam sejam construídos por empresas chinesas.

A cooperação bilateral existente entre ambos os países foi reforçada com a visita do Presidente Hu Jintao a Moçambique em 2007, tendo prometido mais US\$ 170 milhões em empréstimos e cooperação nas áreas da agricultura, tecnologia, educação, saúde, economia e exploração de recursos naturais.

De acordo com Amanor & Chichava (2016, p. 20), na área da cooperação agrícola, em Moçambique é levada a cabo por duas vertentes, a primeira “involves the establishment of an Agricultural Technology Demonstration Centre (ATDC) which was established in 2011”, a segunda vertente engloba “institutions, such as the Ministry of Science and Technology (MCT) and the Institute of Agrarian Research of Mozambique (IIAM)”, cujo objetivo é testar a adequação das variedades de sementes chinesas às condições agroecológicas locais, e desenvolver pesquisa para melhorar as variedades de sementes locais, promovendo e dinamizando a agricultura do país.

Importa referir que a China continua a investir no setor da agricultura em Moçambique, contudo, a partir de 2017, verificou-se uma mudança da cooperação dos setores industrial e da agricultura para o setor minérios e do gás natural, sendo visível “significantly changing the geographical distribution of Chinese investments, which are moving from the south of the country to the center and north of the territory”, havendo consequentes implicações socioeconómicas e de segurança (Garcia, 2020, p. 124).

Em termos de cooperação, para Roque & Alden (2014), as relações sino-moçambicanas caracterizam-se por ser prudentes e comprometidas, mas também colaborativas, características que, na perspetiva de ambos os autores, também descrevem a relação entre a China e os demais países africanos, pois defendem que Moçambique ainda está sob forte influência das Instituições de Bretton Woods, doadores internacionais, ONGs ocidentais e sociedade civil local e que as atividades da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) influenciam e limitam as políticas económicas do governo moçambicano, acrescentando que mais de 50% do orçamento do Estado moçambicano provém de ajuda financeira externa.

É certo que, Moçambique é um dos países mais pobres do mundo e, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o país ficou em 180º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano no ano de 2018, o que significa que possui pontuações muito baixas nos indicadores socioeconómicos, em virtude de mais de 62,9% da população

viver com menos de US\$ 2 por dia (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2018).

Face ao exposto, é previsível que a cooperação chinesa se mantenha ativa em Moçambique, embora os mais recentes atos de terrorismo, de motivação religiosa no Norte do país, possam ter reflexos negativos na estabilidade política e social do país, situação passível de prejudicar o normal funcionamento da cooperação.

### 3.1.3. São Tomé e Príncipe

Inicialmente, São Tomé e Príncipe e a China não tinham relações diplomáticas, tendo sido suspensas quando, no ano de 1997, São Tomé optou por reconhecer oficialmente Taiwan (BBC, 2016).

As relações entre ambos os países começaram quando São Tomé e Príncipe rompeu abruptamente com os laços diplomáticos que tinha com Taiwan, em dezembro de 2016. De acordo com o *The New York Times* (2016)<sup>11</sup>, “The Chinese foreign minister, Wang Yi, and his counterpart from São Tomé, Urbino Botelho, appeared together on Monday at a ceremony in Beijing”, que vincularia o início das relações diplomáticas, benéficas para ambos os países.

Com a aproximação a São Tomé e Príncipe, e com a crescente influência económica, militar e política, a China tornou bem-sucedida a missão de afastar governos na tentativa de isolar Taiwan diplomaticamente. Nesta sequência, em comunicado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Taiwan expressou a sua decepção para com o governo de São Tomé, acusando o país de ser aliciado pela campanha de dinheiro diplomático da China Continental, ignorando o seu povo (*The New York Times*, 2016).

Como é evidente, “any country that wants diplomatic relations with mainland Beijing must break official ties with Taipei, leading to Taiwan's diplomatic isolation from the international community”<sup>12</sup>, sendo criadas oportunidades perfeitas para a China colocar em prática a sua estratégia de isolar cada vez mais Taiwan.

Ainda de acordo com o artigo da BBC (2016), a China “welcomed the decision by the African island nation saying it was “back onto the correct path of the One China principle”<sup>13</sup>”,

---

<sup>11</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica do artigo «*China Resumes Ties With São Tomé, Which Turned Away From Taiwan*», disponível em <https://www.nytimes.com/2016/12/26/world/asia/china-taiwan-sao-tome-diplomatic-relations.html>, acessado em 01 de setembro de 2022;

<sup>12</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica do artigo «*African island nation Sao Tome cuts diplomatic ties with Taiwan*», disponível em <https://www.bbc.com/news/world-asia-38388181>, acessado em 01 de setembro de 2022;

<sup>13</sup> “*One China principle*” refere-se ao princípio chinês de existir apenas uma China no mundo e ao facto de Taiwan fazer parte dela.

estando então alcançados os meios que permitissem o início da relação e cooperação entre a China e São Tomé e Príncipe que se estendem até à atualidade.

Em 2017, o presidente chinês, Xi Jinping, reuniu-se com o primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, Patrice Trovoada, em Pequim, fazendo menção à compreensão e aos apoios mútuos que devem predominar entre ambos os países em questões relativas aos interesses e principais preocupações de cada um, para que a cooperação fosse levada a bom porto.

De evidenciar que Patrice Trovoada foi o primeiro líder de São Tomé a visitar a China, desde que São Tomé e Príncipe cortou relações diplomáticas com Taiwan. Pese embora, São Tomé tenha priorizado por muitos anos os fluxos financeiros de Taiwan, o primeiro-ministro são-tomense reafirmou durante a sua visita à China, que o país aderiria afincadamente à política «Uma China».

Na decorrência deste encontro, de acordo com a oficial agência de notícias chinesa, Xi Jinping garantiu que a China estaria disposta a trabalhar com São Tomé e Príncipe para impulsionar a cooperação mutuamente benéfica, apoiando São Tomé e Príncipe para melhorar a estratégia nacional de desenvolvimento abrangente e a cooperação em áreas como o turismo, pesca e agricultura, apoiando também na construção de infraestruturas, no desenvolvimento de recursos humanos e na capacitação de segurança (Yamei, 2017).

Xi Jinping sugeriu ainda que ambos os países melhorassem a comunicação e a coordenação relativamente à Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, mudanças climáticas, paz e desenvolvimento na África e outras questões internacionais e regionais. Concretamente sobre as relações China-África, Xi Jinping afirmou que, a China apoia uma África mais coesa, estando disposto para impulsionar o estabelecimento de uma comunidade China-África de futuro e interesses compartilhados (Yamei, 2017).

Ambos os países assinaram ainda um acordo de cooperação de cinco anos relacionado a áreas como turismo, infraestrutura, tecnologia, agricultura e pesca, bem como bolsas de estudo e assistência médica, expandido inclusive a cooperação para a segurança marítima com a finalidade de combater a pirataria e o crime organizado transnacional. Resumindo, o pacote de ajuda da China “is likely to include grants, direct budget support and a cancellation of US\$17.3m in bilateral debt”<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica do artigo «*São Tomé signs a five-year co-operation agreement with China*», disponível em <https://country.eiu.com/article.aspx?articleid=1235375707&Country=S%C3%A3o%20Tom%C3%A9%20and%20Pr%C3%AC>, acessado em 02 de setembro de 2022.

De acordo com o Economist Intelligence (2017), Patrice Trovoada anunciara que a China forneceria a São Tomé uma doação de 146 milhões de dólares para projetos de infraestruturas, como a modernização do aeroporto internacional de São Tomé e a construção de um porto de contentores de alto mar, que promoveria as exportações chinesas para a África Central. A China concederia ainda empréstimos acessíveis a empresas privadas em São Tomé, na sequência do FMI ter rejeitado pedido do governo de apoio para empréstimos nos mercados internacionais, cuja finalidade seria financiar projetos de infraestruturas, devido a preocupações com a crescente dívida externa do país.

De evidenciar que, de acordo com uma avaliação de risco do Fundo Monetário Internacional (FMI), espera-se que o apoio existente da China permaneça estável e os projetos de infraestruturas em andamento com financiamento chinês ajudarão o crescimento económico a médio prazo, para São Tomé e Príncipe. Em conclusão, o impacto da situação económica chinesa é baixo, a curto e médio prazo, mas é para manter, pois, se é verdade que “China’s support, all in grants so far, is unlikely to be affected given that the amount involved is very low”, não é menos verdade que “the diplomatic relationship between China and São Tomé and Príncipe was recently renewed”<sup>15</sup>.

#### **3.1.4. Guiné-Bissau**

A Guiné-Bissau foi colónia portuguesa até ao dia 24 de setembro de 1974, após 11 anos de luta liderada por Amílcar Lopes Cabral, líder do partido africano para a Independência da Guiné e de Cabo-Verde (PAIGC) sendo a primeira colónia portuguesa em África a conquistar a independência.

De acordo com Pinto (2004, p. 133), a Guiné-Bissau “já tinha declarado unilateralmente a independência em Setembro de 1973 e já tinha sido reconhecida por cerca de 80 países, era o território em que a situação parecia de resolução mais fácil e rápida”. Segundo Mbala Fernandes, o reconhecimento internacional da independência unilateral da República da Guiné-Bissau acelerou não só o processo de descolonização na Guiné-Bissau, mas também teve repercussão nas restantes colónias portuguesas africanas” (Pinto, 2004, p. 133), o que facilitou o processo de descolonização.

---

<sup>15</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica do artigo «*Support from China Steady as Risks Abound for São Tomé and Príncipe*», disponível em <https://www.clbrief.com/support-from-china-steady-as-risks-abound-for-sao-tome-and-principe/>, acedido em 02 de setembro de 2022;

Na época colonial, de acordo com Havik & Estácio (2011, p. 213), “a chegada de chineses à Guiné Portuguesa, no início do século XX, está intimamente ligada às mudanças que ocorreram nas primeiras décadas desse século e que deixaram marcas neste pequeno território (...), situado na costa Oeste-Africana, entre o Senegal e a Guiné-Conacri<sup>16</sup>”. Segundo os autores, estas mudanças prendiam-se com o facto de o Império Francês necessitar de mão de obra, direcionada, essencialmente, para trabalhos públicos como a construção de estradas, caminhos de ferro, edifícios, com a finalidade de desenvolver as suas colónias.

No que concerne à relação sino-guineense, de acordo com Sant’anna (2008, p. 43), a China começou a aproximar-se da Guiné-Bissau aquando do início da luta armada pela libertação e, depois da independência, “a Guiné-Bissau foi o primeiro país do mundo a assinar acordos de cooperação com a China mais especificamente no setor de pesca de águas profundas”. A cooperação entre ambos os países foi crescendo em diversas áreas à medida que aumentava o interesse chinês pela África que saía dos processos de descolonização.

No entanto, as relações entre a RPC e Guiné-Bissau, estabelecidas diplomaticamente a 15 de março de 1974, sofreram um forte revés em 26 de maio de 1990, porque a Guiné-Bissau estabeleceu as denominadas "relações diplomáticas" com a Autoridade de Taiwan, situação que Pequim não aceitou exemplo, aliás, do que fez em casos semelhantes. Por isso, a 31 de maio de 1990 a China declarou o fim das relações diplomáticas com a Guiné-Bissau. No entanto, essas relações viriam a ser restabelecidas a 23 de abril de 1998 quando a Guiné-Bissau sessou o seu relacionamento com Taiwan. Então, verificaram-se relevantes visitas de líderes e funcionários de Estado chineses à Guiné-Bissau, como por exemplo a visita do vice-presidente do National People's Congress (NPC), Wang Hanbin (Chinese Foreign Ministry October, 2006).

Segundo o diplomata timorense, Loro Horta (2007), “it took Beijing years to get its “old friend” back into fold, but in 1998 the Bissau government ditched Taiwan and restored full diplomatic ties with the PRC” e, desde então, a República Popular da China tem vindo a intensificar a sua presença e influência na Guiné-Bissau.

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores da China (2006), de março de 1974 a maio de 1990, ou seja, na fase em que a Guiné-Bissau não manteve contactos com Taiwan, a China e a Guiné-Bissau assinaram por várias vezes o acordo de cooperação económica e tecnológica. Assim, a China proporcionou à Guiné-Bissau a construção de um estádio, um hospital e uma estação de promoção da técnica do arroz, sendo que “the bilateral

---

<sup>16</sup> Antigo membro da AOF – África Ocidental Francesa e, anteriormente, denominada Guiné Francesa.

cooperation was started in May next year when the situation there became relatively stable”. Por isso, “the project items now in the execution consist of bilateral agro-technological cooperation, housing, and power-generating equipment and technical cooperation and bamboo-weaving technical cooperation as well”.

A partir da década de 2000, destacou-se na cooperação sino-guineense a construções de diversas infraestruturas públicas da Guiné-Bissau, tendo a maioria dos edifícios estatais sido realizados pelo governo chinês. M'bunde (2015, p. 13), ao analisar este tipo de cooperação, concluí que “o objetivo de acesso de recursos naturais, matérias-primas e mercado é muito patente e claro nas suas relações de cooperação, vulgarizadas oficialmente como relações de ganha-ganha entre as partes cooperantes - China e seus parceiros do desenvolvimento, nesse caso”.

Importa ter presente que, à semelhança da globalidade dos países africanos, a Guiné-Bissau é um país com vastos problemas estruturais de cariz social, político e económico, altamente dependente da cooperação internacional.

Conforme afirma Cambanco (2019, p. 21),

[...] o país possui uma economia muito debilitada e é justamente por essa razão que ele vem estabelecendo acordos de cooperação com os países economicamente mais fortes – dos quais é muito dependente [...] de modo a fazer face as mazelas, proporcionar o bem estar e um padrão de vida razoavelmente bom para a sua população que vive abaixo de linha de pobreza com praticamente metade das pessoas possuindo algo em torno de US\$ 1,25 dólar americano por dia, segundo os dados levantados pelo Instituto Português de Apoio do Desenvolvimento (2019).

Condições que, conseqüentemente, deixaram a Guiné-Bissau um país vulnerável perante os doadores de que tanto depende para estabelecer e/ou reestruturar a sua política, economia e desenvolvimento da população.

No âmbito da cooperação cultural e educacional, como já foi mencionado, “starting from 1977, every year China provides Guinea-Bissau with a quota of scholarships”. Devido a esta iniciativa, até ao final do ano de 1988 haviam 13 alunos vindos da Guiné-Bissau para estudar na China, e no ano de 2002, 5 alunos da Guiné-Bissau tiveram a sua formação académica na China. Já no âmbito da cooperação da saúde, os governos da China e da Guiné-Bissau assinaram o protocolo para a China enviar equipas médicas para a Guiné-Bissau, tendo

sido enviadas 7 equipas médicas, um total de 100 colaboradores de 1976 a 1990 (Chinese Foreign Ministry October, 2006).

No tocante à cooperação energética, em novembro de 2006, a China anunciou que iria financiar a construção de uma enorme barragem na Guiné-Bissau, a 200 quilómetros da capital Bissau, a um custo de 60 milhões de dólares. Esta estrutura seria responsável por sustentar a economia agrícola da Guiné-Bissau e dar resposta às necessidades energéticas do país (Horta, 2007).

Não obstante a cooperação a diversos níveis, o setor petrolífero é o de maior interesse para ambos os países. Aliás, já nas décadas de 1960 e 1970, várias companhias petrolíferas francesas e americanas teriam procurado o governo português para obter concessões petrolíferas (Horta, 2007). Na atualidade, sabe-se que a China detém uma relação coesa com os seus fornecedores tradicionais de petróleo e gás, sendo prioridades da política externa chinesa.

Ora, como a Guiné-Bissau se caracteriza por ser, como a globalidade dos países africanos, rica em reservas petrolíferas, “China has noticed that major oil-consuming countries have moved to release crude reserves to counter market turbulence and changes”. Assim, a China “is in close communication with related sides, including crude consuming and producing countries, and hopes to ensure long-term stable performance of the crude market over the long term via communication and coordination.”<sup>17</sup> Uma regra em que se insere a Guiné-Bissau.

### **3.2. Em Portugal**

Para melhor compreender o presente tópico importa ter presente o enquadramento político e comercial das relações bilaterais entre Portugal e a China, sendo que a cooperação a nível dos interesses económicos tende a predominar.

Para Pereira (2006, p. 66) “as relações entre Portugal e a China serão sempre marcadas pela diferença de dimensão entre os dois países”, uma observação evidente tendo em consideração a dimensão geográfica de ambos os países. Porém, parece existir da parte das autoridades chinesas “um genuíno interesse em desenvolver as relações com Portugal e uma predisposição para conferir a Portugal um estatuto e um tratamento senão equivalente pelo

---

<sup>17</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica do artigo « China to join oil reserve release ‘based on its own needs’ after US, UK, Japan, South Korea and India commit», disponível em <https://www.scmp.com/economy/global-economy/article/3157235/china-join-oil-reserve-release-based-its-own-needs-after-us>, acedido em 05 de setembro de 2022.

menos próximo do que tem sido dado aos principais países europeus”, sendo notória a consolidação das relações Luso-Chinesas com o passar do tempo.

Na mesma perspetiva, Mongiardim (2019, p. 10), salienta a dimensão geográfica de Portugal e da China como umas das maiores assimetrias, evidenciando também “the singularity of each civilization (Christianity versus Confucianism), and the two countries’ different power capacities”, afirmando que estas diferenças permaneceram sempre na relação entre ambos os países. Contudo, a autora defende o facto de haver laços fortes que sustentam esta relação, afirmando que “their relationships will be influenced by the historical links and also by the mutual convergence of some national, regional and global interests, where trade and economy, environment, multilateralism, security and world peace took place in their political agendas”.

Recuando na História, de acordo com Barreto (2018, p. 13), “as relações entre portugueses e chineses nasceram em 1509 nos mares e ilha da zona portuária de Malaca”, mediante “contactos informais, marítimos, de mútuo reconhecimento, entre autoridades oficiais do Estado – Dinástico de Portugal e um grupo de privados mercadores chineses da Província de Guangdong em comércio na Ásia do Sueste<sup>18</sup>”. O ano de 1509 marca a emergência de relações diretas entre os portugueses e os chineses, bem como “o nascimento das diretas e modernas conexões e interdependências marítimas Europa, China, Atlântico, Índico, Pacífico Asiático/Mares do Sul da China”.

Ainda de acordo com Barreto (2018, pp. 16-17), a particularidade da relação luso-chinesa “reside no facto de serem as primeiras conexões e interdependências Europa-China diretas” e, do facto de “serem o ponto de viragem que faz emergir uma nova idade”, proporcionada pelas comunicações e pelo comércio marítimo que se viria a desenvolver na altura, “possibilitando a emergência de alguns mercados com algo em comum como o da feira de Cantão, feito de manufaturas e exóticos chineses para a Europa, bem como de circuitos de moeda e de metais preciosos (em especial, prata) para a China”.

No final da primeira metade do século XX, a posição portuguesa face às transformações políticas decorrentes da vitória de Mao Zedong na guerra civil chinesa foi “ditada pelo pragmatismo e senso de oportunidade de António Salazar, líder incontestado do regime autoritário e nacionalista que governaria Portugal por quatro décadas” e incidia na perceção que Portugal não tinha, localmente, meios militares capazes de afrontar a mudança de regime na

---

<sup>18</sup> Ilha fronteira a Malaca, por nós chamada “ilha dos chins”/”porto dos chins”, reservada aos navios estrangeiros.

China” e, conseqüentemente “assegurar uma convivência de princípio que possibilitasse a estabilidade política e social de Macau”.

Aliás, já antes Portugal tinha assinado, a 19 de dezembro de 1929, um Tratado Preliminar de Amizade e Comércio com a China, ficando consignada a renúncia de Portugal à jurisdição consular sobre o território chinês e o acordo em abrir negociações para um tratado de comércio e navegação baseado nos princípios de igualdade, não-discriminação no relacionamento comercial e respeito mútuo pelos direitos de soberania. No entanto, a não conclusão do tratado e a promulgação do Ato Colonial de 1933 vieram confirmar a inclusão de Macau no conjunto das províncias ultramarinas portuguesas (Gonçalves, 2007, p.4).

Relativamente a esta decisão, para Pinto (2004, p. 174), “a posição portuguesa prendia-se com o Tratado de Amizade e Comércio entre Portugal e a China assinado em 26 de Maio de 1887 e no qual “a China confirma na sua íntegra o artigo II do protocolo de Lisboa que trata da perpétua ocupação e governo de Macau por Portugal”, sendo assim “reconhecido e garantido pela China o direito de Portugal sobre o território”.

Mais tarde, na leitura de Mendes (2013, p.8), depois do estabelecimento da República Popular da China em 1949, “Portugal and China were bound by mutual interests that both enjoyed in Macau”. Assim, para os portugueses, Macau tinha significado simbólico, estrategicamente alinhado a mitos de proeminência imperial e generosidade cultural, “the status quo in Macau subsisted to pay lip service to Portugal’s past world-leading role”. Por outro lado, a China, interessada em manter o status quo em Macau naquele momento, “sought to undermine Portugal’s administration of the enclave to facilities its subservience to the PRC’s will”.

A seguir ao 25 de Abril, surgiram em Macau associações políticas nas quais só podiam participar portugueses, designadamente o Centro Democrático de Macau e Associação para a Defesa dos Interesses de Macau, “no entanto, a formação dessas associações não pode ser vista como uma tentativa dos portugueses residentes em Macau para procurarem controlar o futuro do território, desafiando a autoridade da República Popular da China” (Pinto, 2004, p. 174).

Assim, depois de mais de cinco séculos de contactos, algumas décadas de troca de visitas oficiais e do papel político central de Macau, o estabelecimento da Parceria Estratégica Integral Portugal-China em 2005 foi o ponto de viragem das relações. Para Monjardim (2019, p.10), “this comprehensive partnership could consolidate the geopolitical triangle formed between China/Macau, Portugal (EU) and the CPSC (Africa-Asia-Latin America). On this geometric

figure, China (the biggest world goods producer) and Macau (a regional pole of China's global irradiation) stay on its top”.

Nesta trilogia, Portugal poderia beneficiar da sua posição estratégica a nível geográfico, utilizando os seus valores e ligações universais.

A concretização de Macau como região administrativa especial da China, o respeito português pela soberania chinesa sobre o território e a consequente melhoria da cooperação bilateral entre Portugal e Macau em vários domínios importantes, designadamente educação, cultura, ciência, tecnologia, economia e finanças, aliada ao sucesso do Fórum Macau, que reúne os países de língua portuguesa para reforçar a cooperação e promover o seu desenvolvimento, contribuíram para uma relação mais próxima com a China. Daí a relevância de Macau como um intermediário da relação luso-chinesa.

Não admira por isso, que Monjardim (2019, p.11) invoque as palavras do então Ministro dos Negócios Estrangeiros Português, Augusto Santos Silva, quando afirmou que “the Macau's transition was exemplary on the way the Basic Law's compromises have been met... something that accentuated the quality and the nature of the relationship between Portugal and China, such that one country can tell about the other it is partners in such important dimensions as political-diplomatic, cultural, education and linguistic areas”.

Importa ter presente que as relações económicas entre Portugal e a China foram, historicamente, exíguas e canalizadas, em grande parte, através de Macau. Esta situação só nos últimos anos se tem vindo a alterar, ainda que lentamente, em parte como consequência natural da crescente pujança económica da China e, em parte, devido aos esforços das autoridades e das empresas portuguesas. Neste momento, o fomento dessas relações, de uma forma equilibrada, é a prioridade principal dos dois governos no âmbito das suas relações bilaterais.

As relações luso-chinesas a nível político-económico, foram reforçadas ao longo do tempo, dando-se um passo importante aquando da visita do então presidente, Hu Jintao, a Lisboa em 2010. Posteriormente, o primeiro-ministro, Li Keqiang, também visitou Portugal em 2016, inclusive o arquipélago dos Açores, levantando preocupações em Washington e Bruxelas sobre possíveis planos de investimento para uma pesquisa marítima e comercial na ilha Terceira, junto à base das Forças Americanas dos Açores no Campo das Lajes. As visitas de ambos os lados continuaram, o primeiro-ministro António Costa, juntamente com Li Keqiang<sup>19</sup>,

---

<sup>19</sup> Político chinês, atual primeiro-ministro e chefe de governo da República Popular da China, desde 15 de março de 2013.

participaram na quinta Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa em Macau, em outubro de 2016 (Corre, 2018, p.7).

A nível económico são evidentes os investimentos chineses em Portugal, particularmente a partir de 2016.

Segundo Corre (2018, p.7), Portugal tornou-se um importante recetor do investimento chinês na Europa, sendo, em termos *per capita* um dos maiores recetores, pois “between 2010 and 2016, the level of Chinese foreign direct investment (FDI) went from nil to €5.7 billion (about \$6.6 billion). It is now closer to €9 billion”. Segundo executivos portugueses, a China foi o único país disposto a intervir no auge da crise financeira em 2010, quando o governo de Lisboa estava sob pressão da Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, a chamada Troika, para vender ativos estatais. De facto, “the Lisbon government in fact went significantly beyond the €5.5 billion goal imposed by the troika.<sup>32</sup> China has invested in a wide range of sectors: electricity, oil, transport (TAP), financial services, insurance, health, real estate, hospitality, and the media, to name a few”.

Na perspetiva de Monjardim (2019, p. 15), “even if the bilateral relationship showed a better climate and a more consolidated instruments for its improvement, the Chinese investment strategy in Portugal has been subjected to some constraints”, designadamente o facto de a China ter experimentado a “frustrated attempt of the Construction Group to enter in the Lusoponte enterprise”, tendo enfrentado vários problemas relacionados com a aquisição da empresa portuguesa de energias renováveis, Generg, pela estatal chinesa Datang, tendo sido também negada a aquisição total da EDP, devido ao sinal vermelho dado pelas entidades reguladoras e pelos países estrangeiros envolvidos, nomeadamente os EUA.

Particularmente face ao caso da EDP, a autora afirma que “the Chinese Three Gorges enterprise<sup>20</sup> is facing not only the pressure from jurisdictional discussions about the excessive rents imposed on Portugal, but also the penalization of the regulator entity because of alleged abuses of a dominating position in the Portuguese market”. Assim, em setembro de 2019 a EDP foi inclusive multada em 48 milhões de euros e a implementação do 5G, pela empresa chinesa

---

<sup>20</sup> Empresa estatal chinesa de energia, fundada em 27 de setembro de 1993. A empresa foi responsável pela construção do projeto Three Gorges Dam-Project, a maior hidrelétrica do mundo usina, que entrou em operação em 2008.

Huawei foi colocada em causa, devido ao bloqueio imposto pelo regulador nacional, ANACOM, apesar das reclamações de diferentes empresas.

Ainda nesta temática importa destacar a Nova Rota da Seda, também denominada por One Belt One Road (OBOR), um projeto de grande escala anunciado oficialmente pelo presidente chinês Xi Jinping no ano de 2013, sendo um dos projetos mais ambiciosos de desenvolvimento e cooperação que propõe a conexão da China ao continente europeu e a outros espaços regionais, através de ligações terrestres e marítimas, com infraestruturas disponíveis e capazes de possibilitar uma maior mobilidade de pessoas e bens.

Este projeto consiste num plano de investimento que engloba 65 países, compreendendo aproximadamente 62% da população e 30% do PIB global, sendo a principal iniciativa de política externa do governo de Xi Jinping, resultante de uma visão estratégica para a projeção da China (Kotz, 2018). De salientar que Portugal é um dos países que fazem parte da Belt and Road Initiative devido à sua localização privilegiada, sendo um ponto estratégico essencial para assegurar a conexão deste projeto.

Em novembro de 2014, o presidente Xi Jinping anunciou que o investimento *offshore* chinês atingirá US\$ 1,25 trilhão na década seguinte, quase triplicando o atual investimento direto chinês no exterior, “this sum includes a USD 40 billion contribution to the Chinese-led ‘Silk Road Fund’ for infrastructural developments that support his vision of a ‘Silk Road Economic Belt and the 21st Century Maritime Silk Road’” (Iglesias, Seaman & Ekman, 2015, p. 48).

Para a concretização deste ambicioso projeto, emergiram novas instituições financeiras criadas pelas China, destacando-se o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Banco dos BRICS<sup>21</sup>. De mencionar que a criação do AIIB é mais do que uma mudança a nível financeiro, indicando a continuação de importantes mudanças por parte da China nas configurações de poder no sistema internacional (Pautasso, 2015).

De acordo com Sarker *et al.* (2018), os maiores objetivos da OBOR consistem em alcançar a coordenação entre os países parceiros, na construção de infraestruturas que visem melhorar a interligação entre os países envolvidos, promover o comércio a nível internacional, melhorar a integração financeira e, concomitantemente as relações entre os povos dos países envolvidos na OBOR.

---

<sup>21</sup> Sigla que representa as cinco principais economias emergentes, designadamente: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

No tocante aos efeitos económicos e comerciais da OBOR, é certo que existirão consequências comerciais e económicas que se farão sentir nos países envolvidos na iniciativa, sendo certo que a OBOR é dotada de uma capacidade ímpar de redução radical dos custos do comércio internacional, bem como impulsionar e sustentar a transformação económica dos países em desenvolvimento (Brautigam, 2019). Assim, dada a dimensão do projeto, a OBOR contribuirá para impulsionar o avanço económico dos países em desenvolvimento que fazem parte da iniciativa, sendo conveniente dizer que esta visão está longe de consensual, uma vez que, são cada vez mais frequentes as vozes, como Pinto (2023), que atribuem a este projeto uma finalidade política e não apenas económica.

Para finalizar, importa salientar os fatores que levam a China, uma superpotência mundial, a ter o interesse político-estratégico por Portugal.

Nesta sequência, para Bernardo Pereira, são vários os fatores que explicam o interesse evidente da China em Portugal. O primeiro fator advém da “importância para a China de demonstrar o sucesso da transição de Macau o qual, aliás, tem sido constantemente enaltecido pelas autoridades de Pequim”. Tendo em conta a questão relacionada com a importância para Pequim da integração de Taiwan na China, é “natural que as autoridades chinesas atribuam ao caso de Macau um efeito de demonstração importante, que é sublinhado pela manutenção de relações amistosas e relativamente intensas com Portugal”, de grande durabilidade.

O segundo fator, prende-se com o facto de “Portugal fazer parte de um universo linguístico de 200 milhões de pessoas, no qual se integram países cada vez mais importantes, como é o caso de Angola, e com os quais a China quer promover as suas relações”. Assim, o espeto linguístico tem uma importância fulcral, sendo a língua portuguesa falada no continente africano e, inclusive, ~~ser~~ a língua oficial de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e, mais recentemente, da Guiné Equatorial.

Por sua vez, o terceiro fator incide no facto de Portugal ser um país reconhecido e “prestigiado no Oriente e a antiguidade e o carácter não conflituoso das relações entre os dois países”. Além disso, Portugal promove cooperação extensa no sentido em que a sua comunicação com países de diversos continentes é significativa, e se situa ~~inclusive~~ no continente europeu o que, para a China é aliciente (Pereira, 2006, p. 67).

Nesta sequência e na mesma linha de pensamento, Iglesias, Seaman & Ekman (2015, p. 63), elencam os fatores que levam a China a considerar Portugal como um importante país estratégico. Curiosamente os mesmos que foram elencados por Pereira. Assim, numa primeira

explicação da importância de Portugal para a China é a intenção de demonstrar o sucesso da transição de Macau, que tem sido constantemente elogiada pelas autoridades chinesas. Um segundo aspecto, prende-se com o facto de Portugal fazer parte de um universo linguístico de 200 milhões de pessoas, que integra países cada vez mais importantes, como Brasil, Moçambique e Angola. Neste âmbito, a RPC considera Portugal um ator relevante com um papel significativo a desempenhar nas relações económicas e comerciais com África, nomeadamente com os países de língua portuguesa. Um terceiro fator pode ser que já existe uma experiência bastante extensa de contactos de alto nível entre os dois países e uma memória positiva desses contactos.

### **3.3. No Brasil**

De acordo com Oliveira (2010, p. 10), até praticamente ao final do século XIX pode afirmar-se que “não havia qualquer tipo de relacionamento entre o Brasil e a Ásia” e, conseqüentemente, os primeiros contactos com a China “foram escassos em decorrência da sucessão de conflitos internos e externos que a afetaram no final do século XIX e na primeira metade do século XX”. Com a vitória de Mao Zedong, em 1949, o Brasil rompe as relações diplomáticas com a China continental, fechando o consulado em Xangai e abrindo uma embaixada em Taipei em 1952.

Durante o século XIX, verificou-se a entrada oficial de aproximadamente 3.000 chineses, no Brasil, decorrente, em especial, de tentativas isoladas de recrutamento de mão-de-obra para trabalho na agricultura e para o cultivo do chá no Rio de Janeiro. Após 1949, constata-se a intensificação de um fluxo migratório chinês não oficial para o Brasil, em especial para a cidade de São Paulo. Inicialmente, “a opção era por mão-de-obra chinesa, motivando o deslocamento de uma missão brasileira para a China em 1879”, tendo os dois países assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1881, com o Brasil abrindo um consulado em Xangai em 1883.

Segundo Oliveira (2010, p. 90), a política externa brasileira passou por um processo de mudança, desde o início da década de 1960, face a um dos seus anteriores paradigmas de política externa, ou seja, a aliança estratégica com os EUA. Os Estados Unidos priorizavam assuntos relacionados com a segurança internacional. Por sua vez, o Brasil começou a usufruir da “política externa para promover, de forma mais autónoma, o seu desenvolvimento

económico”, essencialmente pela diversificação das parcerias que realizava, tanto no relacionamento com os países desenvolvidos, como no âmbito da Cooperação Sul-Sul.

De acordo com o autor supracitado, a China foi o único país da Ásia com o qual o Brasil conseguiu estabelecer laços significativos no contexto da Cooperação Sul-Sul, nomeadamente após o restabelecimento das relações diplomáticas entre ambos os países em 15 de agosto de 1974 (Oliveira, 2010, p. 90).

Brasil e Taiwan não tem relações diplomáticas, precisamente pelo facto de o Brasil reconhecer, desde 15 de agosto de 1974, a República Popular da China, como detentora da jurisdição sobre o território taiwanês.

A reaproximação do Brasil à China, ocorreu no contexto do “pragmatismo ecumênico responsável”, denominação feita à “política externa do Governo do Presidente Ernesto Geisel”, que ambicionava ampliar o leque de parceiros comerciais do país. Foi durante uma missão comercial ao Brasil, para a compra de açúcar, que foi “tomada a decisão de estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China”, sendo que no dia 15 de agosto de 1974, “o Vice-Ministro do Comércio Exterior, Chen Jie, e Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, assinaram o documento que previa a troca de Embaixadas entre os países e o reconhecimento do Governo Brasileiro de que Taiwan era parte inalienável do território chinês” (CEBC, 2015, p. 14), assim o Brasil cingiria a sua cooperação exclusivamente com a China, deixando de lado Taiwan.

Atualmente, o Brasil tem sido inclusive o maior parceiro comercial da RPC na região da América Latina, enquanto a RPC é o terceiro maior parceiro comercial, mercado de exportação e país de origem, de importações do Brasil na Ásia.

Segundo dados estatísticos da Alfândega da RPC, em 1974, o volume do comércio bilateral era apenas de 17,42 milhões USD, em 2006, verificou-se o aumento para de 20,3 bilhões USD, evidenciando um aumento de 1.164 vezes. De acordo com Peng (2007, pp. 1238-1239), até finais de 2006, “o investimento real da RPC no Brasil totalizou 91,14 milhões USD”, devendo-se essencialmente a projetos relacionados à extração de minério, transformação de madeira e montagem de eletrodomésticos. Por sua vez, o investimento do Brasil na RPC totaliza 200 milhões USD, salientando-se o fabrico de aviões regionais, compressores, carvão, propriedade imobiliária, peças e componentes de automóveis, energia hidroelétrica, têxtil e vestuário.

No âmbito da energia hidroelétrica, as relações sino-brasileiras evidenciam-se fortemente pela parceria energética existente entre ambos os países, pois, a nível energético, o Brasil é um parceiro estratégico para a China, na medida em que, através dos recursos fósseis que possui, consegue responder à contínua necessidade energética da China, concomitantemente é um mercado estável e atrativo para os investimentos das companhias chinesas pelos seus recursos naturais e energéticos.

Assim, em novembro de 1993 que o Presidente Jiang Zemin, aquando de uma visita ao Brasil, “conferiu o carácter estratégico à relação, integrando, pela primeira vez, um país em desenvolvimento no grupo de países identificados como parceiros estratégicos”. A energia já era mote de interesse comum por parte de ambos os países nessa década, “com a China como fonte de aprovisionamento de petróleo para o Brasil e a companhia Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) a participar em campanhas exploratórias no offshore e onshore chinês” (Fernandes, 2014, pp. 153-154).

De acordo com a autora supracitada, ao longo das últimas décadas, a companhia Petrobras “tem desenvolvido capacidades de tecnologia de ponta na área de exploração e produção (E&P) em águas profundas, uma área em que as companhias de petróleo nacionais (NOC, sigla em inglês) chinesas desejam especializar-se”. Em simultâneo, para Brasília, Pequim evidencia-se como um atrativo parceiro energético, devido à sua necessidade de petróleo e à circunstância de dispor de recursos financeiros que lhe permitem adquirir os recursos energéticos necessários para o seu crescimento económico de forma a fazer frente ao Estados Unidos da América. A China, por sua vez, “ao desenvolver as suas próprias capacidades de tecnologia, está a emergir como um fornecedor independente de turbinas eólicas, o que a torna um fornecedor de componentes e um potencial e atraente investidor para os parques eólicos brasileiros” (Fernandes, 2014, 156).

Em 2007, ano particularmente importante, o “Brasil descobriu o petróleo pré-sal nas águas ao sudeste do país, calculando uma reserva de até 70 bilhões de barris, sendo esta considerada a maior descoberta de petróleo no mundo após o início do novo século”<sup>22</sup>, que culminou no facto de a China se tornar num parceiro fulcral do Brasil na exploração de petróleo. O Banco de Desenvolvimento da China (BDC), por sua vez, concede assim empréstimos de

---

<sup>22</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica da notícia «Comércio petrolífero entre China e Brasil beneficia várias partes», disponível em <http://portuguese.people.com.cn/n3/2017/0217/c309807-9179401.html>, acedido em 15 de setembro de 2022.

longo prazo à Petrobras, empréstimos estes que podem ser pagos pelas empresas petrolíferas chinesas<sup>23</sup>, cujo objetivo é capacitar e aumentar a produção petrolífera e, concomitantemente efetuar vendas para a China (Lu, 2017).

Já em 2014, na sequência da Declaração conjunta entre Brasil e China por ocasião da visita de Estado do Presidente Xi Jinping a Brasília, em 17 de julho de 2014, a convite da então Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, foram abordados temas relacionados com a evolução das relações bilaterais e alcançados consensos importantes sobre o aprofundamento da Parceria Estratégia Global Brasil-China, tendo sido abordados pontos relacionados com a energia e mineração, sendo de destacar os pontos 17 e 19 da Declaração, na qual os dois Chefes de Estado:

17. Reafirmaram a “importância atribuída à presença das empresas chinesas China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e China National Petroleum Corporation (CNPC) no consórcio responsável pelo desenvolvimento do campo petrolífero de Libra”, destacando os investimentos de sucesso “da State Grid Corporation na construção e operação de linhas de transmissão de energia no Brasil”<sup>24</sup>;

19. Enfatizaram a “necessidade de aumentar o conhecimento mútuo sobre a situação das fontes renováveis de energia nos dois países, a fim de identificar sinergias e complementaridades”, em simultâneo, estimularam “a cooperação governamental, acadêmica e empresarial” nessa mesma área, bem como “iniciativas conjuntas nas áreas de biocombustíveis e energia solar e eólica”<sup>25</sup>, não esquecendo do setor do petróleo e do gás, que deverá permanecer como um tema de grande importância no diálogo.

Nos dias correntes, a energia é um elemento fulcral entre a China, o maior consumidor mundial de energia, e o Brasil, um país com grande diversidade no âmbito energético, tanto em

---

<sup>23</sup> Este é o procedimento habitual da China principalmente quando adquire matérias de petróleo e outras matérias-primas. Este modelo de empréstimos acontece, por exemplo, junto dos países em desenvolvimento.

<sup>24</sup> Citação feita a partir da versão eletrônica da Declaração « Declaração conjunta entre Brasil e China por ocasião da visita de Estado do presidente Xi Jinping – Brasília, 17 de julho de 2014», disponível em [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-brasil-e-china-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-brasilia-17-de-julho-de-2014](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-brasil-e-china-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-brasilia-17-de-julho-de-2014), acedido em 15 de setembro de 2022.

<sup>25</sup> Citação feita a partir da versão eletrônica da Declaração « Declaração conjunta entre Brasil e China por ocasião da visita de Estado do presidente Xi Jinping – Brasília, 17 de julho de 2014», disponível em [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-brasil-e-china-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-brasilia-17-de-julho-de-2014](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-brasil-e-china-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-brasilia-17-de-julho-de-2014), acedido em 15 de setembro de 2022.

termos de recursos fósseis, como o carvão, petróleo e gás, como em energias renováveis, essencialmente na hidroelétrica e nos biocombustíveis.

Para melhor compreender o desenvolvimento da parceria energética, mais concretamente a parceria existente no âmbito dos combustíveis fósseis, em enfoque no presente estudo, o petróleo, entre o Brasil e a China, importa analisar o gráfico infra, representativo da previsão da produção de petróleo brasileiro, bem como o desenvolvimento do mesmo.

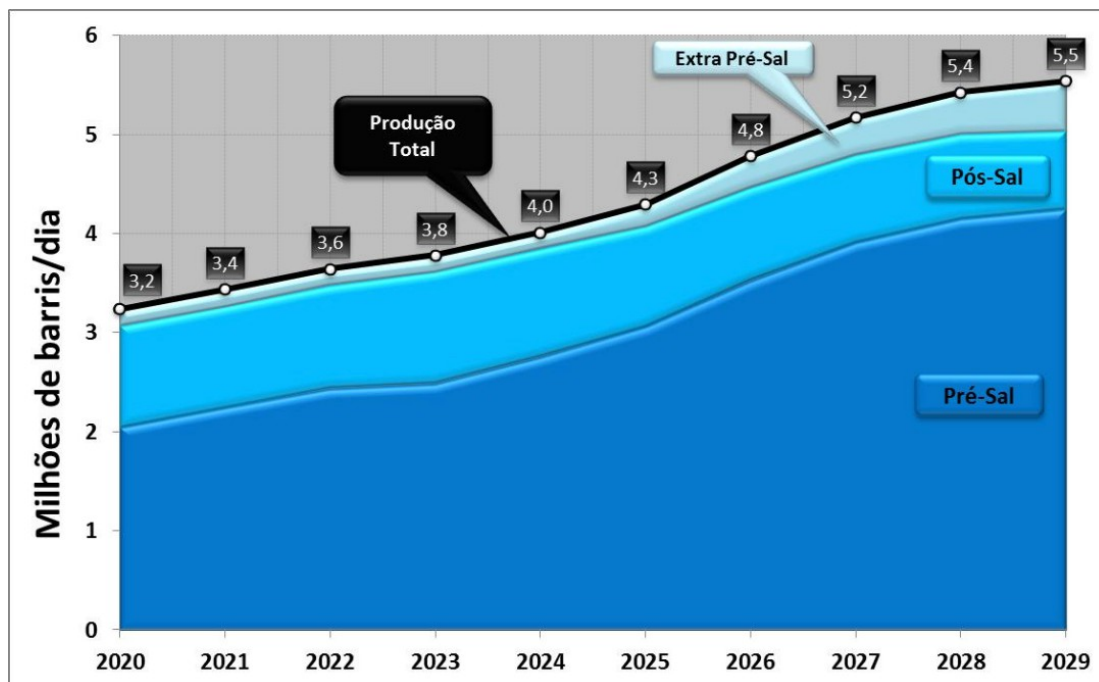
De mencionar que, para melhor interpretar o gráfico, “a produção nacional de petróleo e gás natural foi representada em Pré-Sal de acordo com o nível estratigráfico imediatamente abaixo da camada de Sal, nas Bacias de Campos e Santos”. O conjunto denominado pré-sal<sup>26</sup> “representa geologicamente o reconhecido play pré-sal, exemplificado pelos reservatórios dos grandes campos, como Lula, Sapinhoá, Búzios e Mero.” As classificações em Pós-Sal<sup>27</sup> e Extra Pré-Sal “referem-se às unidades produtivas localizadas na área do polígono do marco regulatório, ou fora desta, respetivamente” (EPE, 2020, p. 151).

---

<sup>26</sup> Segundo o *Dicionário do Petróleo em Língua Portuguesa*, o pré-sal refere-se a uma sucessão de estratos de rochas sedimentares predominantemente carbonáticas do Cretáceo inferior, que ocorrem nas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, da margem continental do sudeste brasileiro e que foram depositadas anteriormente ao evento de sedimentação do sal e estão posicionadas abaixo dele. Nessa sucessão sedimentar foram recentemente descobertas grandes reservas de petróleo e gás, que se transformaram num dos alvos exploratórios mais importantes para a exploração de petróleo das bacias brasileiras.

<sup>27</sup> Segundo o *Dicionário do Petróleo em Língua Portuguesa*, o pós-sal refere-se aos depósitos sedimentares ou complexo de rochas formados após o evento de deposição do sal. A seção pós-sal das bacias sedimentares da margem continental brasileira contém vários alvos exploratórios como turbiditos, carbonatos.

**Gráfico 1** - Previsão da produção de petróleo nacional do Brasil para o pré-sal, pós-sal e extra pré-sal.



Fonte: EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE, 2020, p. 152

O Brasil está a emergir como um grande exportador de petróleo, sendo expectável que se torne inclusive um ator importante na geopolítica global de energia. Em 2007, face à descoberta dos grandes recursos offshore na camada pré-sal, o país deixou de se deparar com a escassez das reservas de petróleo e de gás natural. Assim, após evidenciado o potencial dos reservatórios do pré-sal, o Brasil é inclusive, nos dias correntes, um significativo exportador de petróleo, destacando-se na América Latina. No gráfico acima, podemos verificar a previsão da produção de petróleo.

De acordo com o gráfico, é estimado que a produção petrolífera brasileira aumente significativamente entre 2020 e 2029. Assim, a produção de petróleo deverá aumentar de 3,2 milhões de barris por dia em 2020 para um montante de 5,5 milhões de barris por dia em 2029, verificando-se uma nova realidade para a indústria do petróleo.

As reservas oficiais de petróleo comprovadas do Brasil representaram 13,4 bilhões de barris em 2018 (ANP, 2019, p. 71). Segundo dados do Plano Decenal de Expansão de Energia 2029, “nos próximos cinco anos, dos treze projetos com entrada em produção previstos no Plano de Negócios da Petrobras 2019-2023, nove são voltados para extração no pré-sal,

principalmente nas áreas sob contrato de Cessão Onerosa<sup>28</sup>”. Estima-se que a produção do pré-sal terá um aumento contínuo ao longo de todo o período, assim o Pré-Sal responderá por parcela significativa, de cerca de 77%, da produção nacional de petróleo no fim do decénio, com forte participação da Bacia de Santos. Por sua vez, o Pós-Sal contribuirá com aproximadamente 14%, advindos principalmente dos campos de produção da Bacia de Campos, e o extra pré-sal com participação de cerca de 9% (EPE, 2020, p. 151).

Em termos complementares, dada a abundância petrolífera do Brasil, comprovado nos parágrafos acima, as necessidades energéticas do Brasil e da China completam-se. Tendo em consideração que, por um lado, as descobertas no Brasil oferecem muitos recursos para satisfazer os objetivos chineses de segurança energética e diversificação do abastecimento, oportunidades económicas e tecnologia para a engenharia chinesa, bem como máquinas e companhias petrolíferas. Por outro lado, a China oferece oportunidades para auxiliar o Brasil a desenvolver os seus projetos.

Em suma, poder-se-á afirmar que, a crescente presença chinesa no Brasil, aliada ao significativo desenvolvimento do setor petrolífero brasileiro, deu-se através dos seguintes fatores: aumento das exportações brasileiras para a China; expansão dos investimentos chineses no Brasil, e presença de instituições financeiras chinesas apoiando projetos e empresas petrolíferas brasileiras, culminando na afincada cooperação entre ambos os países, aos níveis do comércio, investimentos e finanças.

Com o atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o objetivo do Brasil é reforçar a ligação com a China e “elevar o patamar da parceria estratégica”, tendo ambos os países assinado 15 acordos de cooperação, com a finalidade de “construir uma nova geopolítica”<sup>29</sup>, demonstrando que o Brasil tem uma política externa autónoma do Ocidente e dos Estados Unidos e que se rege mediante os seus próprios interesses, tendo-o reafirmado aquando da recente visita de Estado à China.

---

<sup>28</sup> Cessão onerosa é um dos sistemas utilizados para a exploração de recursos naturais no Brasil, tendo ficado conhecida a partir de 2010, através da cessão de direitos de exploração de petróleo da área do pré-sal à Petrobras, sendo dos maiores processos de capitalização no mercado financeiro.

Por meio da cessão onerosa, uma empresa ganha o direito de explorar um ativo natural pertencente ao governo mediante o acerto de uma remuneração.

<sup>29</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica da notícia «De visita à China, Lula assume: “Temos interesse em construir uma nova geopolítica”», disponível em <https://www.publico.pt/2023/04/14/mundo/noticia/visita-china-lula-assume-interesse-construir-nova-geopolitica-2046139>, acedido em 18 de setembro de 2022;

Esta visita de Lula à China marca um novo marco da diplomacia brasileira e das relações entre o Brasil e a China, tendo começado com a visita do Presidente à sede do Banco dos BRICS, bloco económico formado pelo Brasil, Índia, China e África do Sul, que representam “40% da população mundial”. Esta visita à instituição ficou marcada por representar uma “alternativa ao tradicional mundo rico americano e europeu”<sup>30</sup> porque, aquando do encerramento do discurso, Lula ressaltou o distanciamento do dólar americano e, consequentemente do modelo norte-americano.

Assim, poder-se-á afirmar que estamos perante uma nova fase de reafirmação da cooperação entre o Brasil e a China, marcada por fortes vínculos e objetivos comuns, em que o distanciamento do Ocidente parece prevalecer.

### **3.4. Em Timor-Leste**

As relações entre Timor-Leste e a China em muito se ancoram, sobretudo numa primeira fase, em Macau. Importa ressaltar que tal corresponde à fase colonial, em que ainda não existia Timor-Leste.

De acordo com Pinto (2004, p. 171), “Timor só chegou à independência na sequência do referendo de 30 de Agosto de 1999, possível pela democratização interna na Indonésia, e que rejeitou a integração de Timor na Indonésia<sup>31</sup>”. Timor-Leste foi o primeiro país independente do século XXI”, tendo sido bastante apiado pela comunidade internacional “sensibilizada para a situação vivida pelo povo maubere”.

Ainda antes do final do “mandato da Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste (UNMISSET), previsto para Maio de 2004, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan”, entregou “um relatório no Conselho de Segurança da ONU, a alertar para a necessidade da continuação da ajuda internacional a Timor-Leste”, primando pela autodeterminação e independência de Timor-Leste (Pinto, 2004, p. 171).

Ainda nesta fase, Sousa (2013, p. 2), afirma que, originalmente, desde finais do século XVI, através da iniciativa das missões dominicanas quinhentistas que visavam a “ligação aos

---

<sup>30</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica da notícia «Visita de Lula à China marca novo momento da diplomacia brasileira», disponível em <https://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2023-04/visita-de-lula-china-marca-novo-momento-da-diplomacia-brasileira>, acedido em 18 de setembro de 2022;

<sup>31</sup> O conflito armado em Timor-Leste teve início em 1975, em consequência da invasão da Indonésia. Pese embora, desde 1945, o governo indonésio, em obediência ao Direito Internacional, afirmar à ONU e a outras instituições não ter qualquer reivindicação territorial sobre Timor Oriental.

interesses de um comércio centrado no sândalo<sup>32</sup> e no trato escravagista, a capitania recuperada oficialmente por Filipe II para a coroa portuguesa não manteve comunicações administrativas com Macau anteriores à formalização do monopólio macaense do comércio do sândalo timorense”, concretizando-se após a conquista holandesa de Malaca, em 1641.

Assim, as primeiras abordagens de Timor com a China foram marcadas por um “investimento comercial que se amplia com a nomeação de António Coelho Guerreiro, entre 1702 e 1705, para primeiro governador e capitão-geral das ilhas de Timor e Solor instalado em Lifau”, tendo acabado por tomar posse do cargo em Macau, em junho de 1701, reunindo soldados, equipamento militar e arroz (Sousa, 2013, p. 2).

Séculos mais tarde, as relações tomariam um rumo diferente, em virtude da independência de Timor-Leste. Fase esta assegurada pelo “financiamento para as operações de manutenção da paz, de administração e de reconstrução do Timor-Leste” administrada pelo Banco Mundial, “por fundos consolidados e fundos de doação”, na qual a presença das Nações Unidas em Timor-Leste foi “essencial para garantir a interação entre estabilidade política e desenvolvimento económico, elementos necessários ao sucesso da implementação de projetos e políticas setoriais.” (Fonseca & Almeida, 2015, p. 135).

À medida que o crescimento económico tem vindo a fazer da RPC uma grande potência económica, o governo chinês passou a adotar uma política de maior abertura ao exterior, tendo inclusive estabelecido relações diplomáticas e parcerias estratégicas com diversos países, designadamente aqueles que servem os seus interesses.

Assim, Peng (2007, p. 1241) defende que foi a partir do Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre o Governo da RPC e o Governo da República Democrática de Timor-Leste, assinado em maio de 2022 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros em representação do Governo da RPC e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros José Ramos-Horta, que as relações entre ambos os países se começaram a desenvolver diplomaticamente e estatualmente.

Em 2005, o Presidente da República Xanana Gusmão visitou a RPC tendo sido recebido “calorosamente pelos dirigentes do País”. Nas duas Conferências Ministeriais do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, “os

---

<sup>32</sup> Árvore originária da Índia e outras partes da Ásia. O sândalo é utilizado na medicina tradicional e também na comercialização de madeiras e produtos derivados da madeira.

Governos da RPC e de Timor-Leste assinaram vários documentos, incluindo um acordo de cooperação económica e técnica” (Peng, 2007, pp. 1241-1242).

Em termos estatísticos, de acordo com Peng (2007, p. 1242), de acordo com dados revelados pela Alfândega da RPC, “o comércio bilateral totalizou, em 2003, 1,067 milhões USD e em 2004, 1,709 milhões USD”, registando-se um “aumento de 60,1%. Tais montantes referem-se às exportações da RPC”. Em 2005, verificou-se uma ~~uma~~ descida de 25,5% em relação ao ano anterior, registando-se um valor de 1,27 milhões USD. Já em 2006, “verificou-se um crescimento rápido do montante do comércio bilateral que era de 17 milhões USD”. Os governos de Timor-Leste e da RPC assinaram acordos de “comércio e de cooperação económica e técnica”.

De destacar que, no ano de 2002, “foi celebrado um memorando de entendimento de cooperação sobre a exploração de petróleo e gás em Timor-Leste entre a Sociedade de Petróleo e Gás Natural da China, S.A. e o Governo de Timor-Leste”, em troca da partilha destes importantes recursos, a China retribuiria com a doação de “bens materiais como máquinas agrícolas e utensílios de pesca, organiza formação para funcionários públicos, destaca equipas de médicos permanentes, no sentido de apoiar a reconstrução económica de Timor-Leste”.

De destacar ainda que, segundo o site oficial *Embassy of the People’s Republic of China in the Democratic Republic of Timor-Leste* (2022), a Rede Elétrica Nacional, a Autoestrada de Suai e o Porto de Tibar, construídos pelos chineses e timorenses, são projetos grandiosos que espelham a cooperação entre ambos os países, cuja finalidade é atenuar a escassez de energia elétrica e o melhoramento da infraestrutura e conectividade de Timor-Leste, contribuindo, em simultâneo, para a consolidação da base para o desenvolvimento económico do país.

Neste seguimento da cooperação, José Ramos-Horta enfatizou que, “o que a China está nos fornecendo como tem feito nos últimos 20 anos, é extremamente importante para Timor-Leste continuar progredindo economicamente (...) A China está muito preocupada com a economia global e regional (...) O papel da China é indispensável para a paz e a estabilidade, o desenvolvimento e a prosperidade da região.”<sup>33</sup>

Em 2022 celebrou-se o vigésimo aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e o Timor-Leste, nesta sequência, numa entrevista ao Grupo de

---

<sup>33</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica da notícia «China e Timor-Leste: Bons Parceiros de Respeito Mútuo, Igualdade, Benefícios Mútuos e Desenvolvimento Comum», disponível em [http://tl.china-embassy.gov.cn/eng/xwdt/202206/t20220622\\_10707563.htm](http://tl.china-embassy.gov.cn/eng/xwdt/202206/t20220622_10707563.htm), acedido em 20 de setembro de 2022.

Média da China (CMG), o embaixador chinês em Timor-Leste, Xiao Jianguo, afirmou que “os dois países aproveitarão a ocasião como uma oportunidade para criar um futuro melhor para as relações bilaterais”, defendendo que as mesmas “sempre mostraram uma tendência de desenvolvimento saudável e estável, tornando-se um modelo para países grandes e pequenos se tratarem como iguais, apoiarem-se mutuamente e cooperarem de forma ganha-ganha”, acrescentando que serão aprofundadas “as cooperações práticas em várias áreas e esforçar-se-ão para impulsionar a parceria de cooperação abrangente de boa vizinhança, confiança e benefícios mútuos para um novo patamar”<sup>34</sup>.

De acordo com o site oficial *Embassy of the People’s Republic of China in the Democratic Republic of Timor-Leste* (2022), a China tem cooperado com Timor-Leste essencialmente no âmbito do desenvolvimento nacional e segurança do país, apoiando, em simultâneo, a sua integração ao sistema internacional. O Conselheiro de Estado Wang Yi, juntamente com o Presidente Ramos-Horta e a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Adaljiza Magno, alcançaram consensos importantes na defesa do multilateralismo, sendo Timor-Leste um país estratégico da Belt and Road Initiative, à qual o Presidente José Ramos-Horta afirmou o seu apoio.

É provável que, dadas as circunstâncias, a China e Timor-Leste darão continuação à cooperação se ambos entenderem que a mesma é mutuamente benéfica, com o objetivo de contribuir para a estabilidade na Ásia-Pacífico, uma zona em turbulência devido à vontade chinesa de recuperar o controle político de Taiwan em nome da política da China única.

---

<sup>34</sup> Citação feita a partir da versão eletrónica da notícia «Embaixador chinês: Futuro melhor para relações China-Timor-Leste», disponível em <http://portuguese.people.com.cn/n3/2022/0616/c309813-10110416.html>, acessado em 20 de setembro de 2022.

## CONCLUSÃO

Terminada a investigação, importa perceber se a mesma encontrou repostas para as perguntas formuladas na introdução.

Relativamente à primeira pergunta de partida, *De que forma Macau desempenha um papel fundamental na cooperação entre o mundo lusófono e a República Popular da China?*, foi possível perceber que Macau desempenha, efetivamente, um papel preponderante nesta relação. Desde logo devido às suas características e particularidades não só históricas, mas também culturais, linguísticas e geopolíticas, às ligações seculares com os países lusófonos, para a China, Macau funciona como uma ponte para se relacionar com o mundo lusófono.

Nesta sequência, destaca-se a reconhecida identidade multicultural de Macau, moldada desde a chegada dos portugueses, em meados do século XVI. Sensivelmente 500 anos depois, o território retornou à mãe-pátria, mas manteve algumas marcas ocidentais, designadamente lusófonas, tão importantes para a cooperação da qual o presente estudo é alvo.

No âmbito da cooperação sino-africana, os PALOP beneficiam, por um lado, dos laços culturais e históricos que os unem, uma vez que a agora Região Administrativa Especial de Macau foi administrada por Portugal, durante aproximadamente quatro séculos, por outro lado, pelas oportunidades que os PALOP oferecem a nível comercial e de investimento, de grande interesse e valor para a China.

Neste contexto, foi possível perceber a importância do Fórum de Macau, criado em 2003, a ponte de ligação entre o mundo lusófono e a China. O Fórum de Macau, consolida o intercâmbio económico e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, fomentando o desenvolvimento mútuo. É graças à manutenção deste Fórum, que a China passa a ideia, com base na sua política internacional, de fazer sentir que existe uma igualdade no tratamento dos Estados, independentemente da sua dimensão ou poder, o que lhe concede não só prestígio, mas também o respeito pelas nações mais vulneráveis e em desenvolvimento, sendo isto percecionado pelos outros Estados como uma iniciativa diplomática.

De salientar que, tanto o Fórum de Macau, como a iniciativa One Belt One Road (OBOR) surgem no âmbito da política externa chinesa, como mote do posicionamento geoestratégico da República Popular da China nos países lusófonos. Através da iniciativa One Belt One Road, aliada à estratégia de *soft power* assente na diplomacia económica, mas que está a assumir aquilo que é designado por *sharp power*, a RPC está a tentar não apenas a

divulgação do seu modelo, mas também, a desafiar a interpretação ocidental de valores como os direitos humanos. Matéria a requerer posterior investigação.

Atualmente e cada vez mais, o papel que Macau desempenha como ponte entre a China e os países de língua portuguesa para promover a cooperação do comércio e do investimento tem sido objeto de atenção e ação política por parte das autoridades chinesas, sabendo-se que a China tem privilegiado a via bilateral para reforço da sua presença nos países onde detém maiores interesses económicos.

Deste modo, a condição de legado histórico de Macau, nas relações sino-portuguesas é, evidentemente, causadora de mais-valias que deverão ser percecionadas, por um lado, pelo aprofundamento das relações diplomáticas entre Pequim, Lisboa e as outras capitais dos PALOP, e por outro lado, pela sua condição de ponto de intersecção de culturas.

Assim, nos últimos anos, a China tem investido na promoção de Macau como interface para os países lusófonos, tendo atribuído ao território a função de polo de atracção para os países que compartilham da língua e da cultura portuguesas, funcionando, simultaneamente, como garante da integridade identitária de Macau na região em que se insere, sendo criada uma sinosfera de afirmação internacional por parte da China, como detentora da área geográfica onde tem interesses estratégicos.

Relativamente à segunda pergunta de partida do presente estudo, designadamente *Que características assume a cooperação chinesa com o mundo lusófono?*, conclui-se que, uma vez focada na concretização dos seus objetivos e, com o fim da bipolaridade Leste-Oeste, a dimensão económica e comercial da China vinculou-se na cooperação sino-africana. Os interesses do Gigante Dragão Asiático são essencialmente direccionados para a exploração dos recursos naturais, obtenção de mão de obra barata e abertura de mercados. Daí a aposta nas trocas comerciais, nos investimentos em infraestruturas, na construção civil e na exploração do petróleo em África.

É certo que, tanto a China como a África têm interesses para que as relações se consolidem, sendo que para a China o continente africano apresenta-se favorável no que concerne à exploração de recursos naturais, bem como estratégicos relativamente às oportunidades comerciais de expansão, de desenvolvimento e diversificação nos mercados regionais. África, por sua vez, identifica na China a oportunidade para obter financiamento e fundos de apoio para o seu desenvolvimento e o reforço do seu papel político no panorama internacional. Pese embora o continente africano não constitua a principal prioridade da

diplomacia chinesa, a mesma tem vindo a atrair, significativamente, a atenção dos sucessivos governos chineses, considerando que é importante levar a bom porto os interesses comerciais e políticos comuns, com vista a estimular o desenvolvimento do país.

Com a significativa presença chinesa no continente africano, motivada, essencialmente pela crescente necessidade da RPC de se abastecer dos recursos energéticos e minérios de que é dependente, conforme constatado na presente análise, a globalidade do continente africano, não obstante reveja a China como uma vantajosa alternativa aos parceiros ocidentais, capaz de garantir acesso facilitado a recursos financeiros importantes para o continente, apenas é, na perspetiva de alguns estudiosos, objeto de exploração dos recursos naturais do continente, não havendo qualquer real benefício para a população africana.

Taylor (2007, pp. 11-12), afirma que a RPC apenas procura obter os recursos do continente africano e não o seu desenvolvimento, pelo que a sua política de sigilo nos assuntos de Estados soberanos é, nada mais nada menos, que a via encontrada para alcançar a boa vontade das elites que governam a maioria dos Estados africanos e, deste modo, obter os recursos de que tanto necessita. De salientar, que as potências europeias têm vindo inclusive a observar a presença chinesa em África com bastante preocupação, em virtude de considerarem que a ajuda financeira e as relações comerciais chinesas conduzirão a uma situação de desequilíbrio comercial e afetarão a indústria e o comércio dos Estados africanos, conhecida que é a estratégia de Pequim: cooperação sem perguntas e ajuda sempre ligada.

À guisa de conclusão, não parece abusivo dizer que a cooperação chinesa com os países de língua oficial portuguesa obedece à mesma lógica ou modelo da cooperação chinesa em África, sendo que as opiniões acerca das vantagens para os Estados do continente africano, resultantes da presença do Gigante Asiático em África não são consensuais.

Poder-se-á afirmar que a China tem, efetivamente, todos os recursos para concretizar o desenvolvimento dos países africanos, contudo, o padrão com que se tem desenvolvido esta relação demonstra que essa oportunidade não tem sido aproveitada da forma mais transparente, na medida em que o investimento chinês não é canalizado para o crescimento e posterior desenvolvimento das economias africanas nem, conseqüentemente, para o desenvolvimento social da população.

Não obstante as conclusões obtidas nesta investigação, os desenvolvimentos da política internacional e o papel que a China está a assumir na mesma exigem que as questões aqui

levantadas e as respostas encontradas à datada, continuem a ser objeto de observação sistemática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almada e Santos, A. (2009). O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas - 1961-1976. *ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL de HISTÓRIA*.
- Amado Mendes, C., & Tian, X. (2020). As motivações políticas e económicas da presença chinesa em Angola. *Relações Internacionais*, 65, 57–70.
- Cardoso, F. J. (2017). O Desenvolvimento sem Norte nem Sul. *Cadernos de Estudos Africanos*, 34, 13–30.
- Carneiro de Sousa, I. (2013). China e Angola: Trinta anos de Relações Diplomáticas. *Lusofonias*.
- Chen, C. C., Chen, X.-P., & Meindl, J. R. (1998). How can Cooperation be Fostered? The Cultural Effects of Individualism-Collectivism. *Academy of Management Review*, 23(2), 285–304.
- Francescon Cittolin, S. (2018). Cooperation: A Concept Analysis. *Asian Journal of Business Management Studies*, 28–31, 2018.
- Han, C. (2017). Trilateral Cooperation with China: Sharing China's Development Experience through Innovative Partnerships. *International Organisations Research Journal*, 12(3), 201–229.
- Havik, P. J., & António Júlio E. Estácio. (2011). Recriar a China na Guiné: os primeiros chineses, os seus descendentes e a sua herança na Guiné Colonial. *AFRICANA STUDIA*, 17, 167–190.
- Jones, C. D., Ndofor, H. A., & Li, M. (2022). *Chinese Economic Engagement in Africa: Implications for U.S. Policy - Foreign Policy Research Institute*. Foreign Policy Research Institute.
- Mincă, M. (2015). Types of international cooperation at the local level Bucharest city hall case study. *Theoretical and Applied Economics Volume XXII (2015), No. 2(603), Summer, Pp. 237-246*.
- Moisés Silva Fernandes. (2008). *Confluência de interesses* (Lisboa, 2017). CCCM – Instituto Diplomático.
- Pinto, J. (2023) *O Fim da Hegemonia Americana. Um Mundo de Múltiplas Ordens*. Lisboa: Silabo

Proença Garcia, F. (2020). China's economic presence in Mozambique. *Estudos Internacionais Revista de Relações Internacionais Da PUC Minas*, 8(3), 110–127.

Rajwar, S. (2009). Chinese Economic Engagement with Africa. *Insight on Africa*, 1(2), 109–121.

Ramos, J. de D. (1990). Relações de Portugal com a China anteriores ao estabelecimento de Macau. *Nação E Defesa*.

Rato, V. (2020). *De Mao a Xi - O Ressurgimento da China*. Óbidos: Alêtheia Editores.

Sheng, L. (2016). The transformation of island city politics: The case of Macau. *Island Studies Journal*, 11(2), 521–536.

Smith, K. G., Carroll, S. J., & Ashford, S. J. (1995). Intra- and Interorganizational Cooperation: Toward a Research Agenda. *Academy of Management Journal*, 38(1), 7–23.

## WEBGRAFIA

Amanor, K. S., & Chichava, S. (2016). *South–South Cooperation, Agribusiness, and African Agricultural Development: Brazil and China in Ghana and Mozambique*. (online). Recuperado de <http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2016/SC-South-South.pdf>

Assunção de Oliveira Andrade, I. (2017). *O comitê especial sobre a descolonização da ONU: Entre o colonialismo e a colonialidade*. (online). Recuperado de <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/148/141>

World Bank. (2018). *Mozambique Economic Update: Shifting to More Inclusive Growth*. (online) Recuperado de <https://www.worldbank.org/pt/news/infographic/2018/11/14/mozambique-economic-update-shifting-to-more-inclusive-growth>

Barreto, L. (2018). *PORTUGAL-CHINA: A DISTÂNCIA QUE APROXIMA*. (online). Recuperado de [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/44984/1/2018\\_LF\\_Barreto\\_Portugal-China%20a%20dist%C3%A2ncia%20que%20aproxima.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/44984/1/2018_LF_Barreto_Portugal-China%20a%20dist%C3%A2ncia%20que%20aproxima.pdf)

BBC News. (2016). *African island nation Sao Tome cuts diplomatic ties with Taiwan*. (online). Recuperado de <https://www.bbc.com/news/world-asia-38388181>

Berthault Moreira, S. (2004). *Qualidade e quantidade da ajuda internacional*. (online). Recuperado de [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4473/1/20\\_2004-JanMar\\_CadEc\\_paper.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4473/1/20_2004-JanMar_CadEc_paper.pdf)

Borges Gomes, B., Antônia Tadiello Passarela, V., & Beatriz Merlotti Heredia, V. (2022). *O ACOLHIMENTO DOS IMIGRANTES REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19*. (online). Recuperado de <https://sumario-periodicos.espm.br/xxi/article/view/194/174>

Brautigam, D. (2019). *Is China the World's Loan Shark?* (online). Recuperado de <https://www.nytimes.com/2019/04/26/opinion/china-belt-road-initiative.html>

Calabrese, L., & Tang, X. (2020). *Africa's economic transformation: the role of Chinese investment*. (online). Recuperado <https://cdn.odi.org/media/documents/DEGRP-Africas-economic-transformation-the-role-of-Chinese-investment-Synthesis-report.pdf>

Cambanco, D. F. (2021). *COOPERAÇÃO SUL-SUL E SUAS CONTRADIÇÕES: UM ESTUDO CRÍTICO SOBRE OS ACORDOS DE COOPERAÇÃO NO SETOR DE PESCAS ENTRE A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU*. (Dissertação de

mestrado, Universidade Federal da Bahia). Recuperada de <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33565>

CEBC [Conselho Empresarial Brasil-China]. (2017). *40 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China*. (online). Recuperado de: [https://www.cebc.org.br/arquivos\\_cebc/carta-brasil-china/Ed\\_10.pdf](https://www.cebc.org.br/arquivos_cebc/carta-brasil-china/Ed_10.pdf)

Chichava, S., & Alden, C. (2012). *A Mamba e o Dragão – Relações Moçambique-China em perspectiva*. (online). Recuperado de [https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/MozChin/IESE\\_Mozam-China.pdf](https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/MozChin/IESE_Mozam-China.pdf)

China-Lusophone Brief. (2019). *Support from China Steady as Risks Abound for São Tomé and Príncipe*. (online). Recuperado de <https://www.clbrief.com/support-from-china-steady-as-risks-abound-for-sao-tome-and-principe/>

Chinese Foreign Ministry. (2006). *Guinea-Bissau*. (online). Recuperado de <http://www.china.org.cn/english/features/focac/183519.htm>

De Rabelo E Sant'anna, N. (2008). *A China e os “PALOP”:* uma análise das relações sino-africanas com enfoque nos países de língua oficial portuguesa (Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília). Recuperada de [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/1667/1/2008\\_NanahiraRabelo.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/1667/1/2008_NanahiraRabelo.pdf)

Economist Intelligence. (2017). *São Tomé signs a five-year co-operation agreement with China*.(online). Recuperado de [https://country.eiu.com/article.aspx?articleid=1235375707&Country=S%C3%A3o%20Tom%C3%A9%20and%20Pr%25\\_6](https://country.eiu.com/article.aspx?articleid=1235375707&Country=S%C3%A3o%20Tom%C3%A9%20and%20Pr%25_6)

Eduardo Fonseca, L., & Almeida, C. (2015). *Cooperação internacional e formulação de políticas de saúde em situação pós-conflito: o caso do Timor-Leste*. (online). Recuperado de <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/NnDLm537LtzfcqYsT4z6ZDd/?format=pdf&lang=pt>

Embassy of the People's Republic of China in the Democratic Republic of Timor-Leste. (2022). *China e Timor-Leste: Bons Parceiros de Respeito Mútuo, Igualdade, Benefícios Mútuos e Desenvolvimento Comum*. (online). Recuperado de <http://tl.china-embassy.gov.cn/eng/>

EPE [EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA]. *Plano Decenal de Expansão de Energia 2029*. (online). Recuperado de: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202029.pdf>

- Fernandes, C. (2014). *A China e o Brasil: Parceiros Estratégicos na Energia*. (online). Recuperado de [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22938/1/NeD138\\_CarlaFernandes.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22938/1/NeD138_CarlaFernandes.pdf)
- Gonçalves, A. (2007). *Macau nas relações entre China e Portugal*. (online). Recuperado de [https://www.janusonline.pt/arquivo/2007/2007\\_2\\_14.html](https://www.janusonline.pt/arquivo/2007/2007_2_14.html)
- Gustavo Miranda Pineli Alves, A. (2010). *OS INTERESSES ECONÔMICOS DA CHINA NA ÁFRICA*. Boletim de Economia e Política Internacional. (online). Recuperado de [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4751/1/BEPI\\_n1\\_interesses.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4751/1/BEPI_n1_interesses.pdf)
- Horta, L. (2007). *Guinea-Bissau: China Sees a Risk Worth Taking*. (online). Recuperado de <https://www.csis.org/analysis/guinea-bissau-china-sees-risk-worth-taking>
- Huotari, M., Otero-Iglesias, M., Seaman, J., & Ekman, A. (2015). *Mapping Europe-China Relations: A Bottom-Up Approach*. (online). Recuperado de [https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/etnc\\_web\\_final\\_1-1.pdf](https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/etnc_web_final_1-1.pdf)
- Hynes, W., & Scott, S. (2013). *The Evolution of Official Development Assistance*. (online). Recuperado de <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/Evolution%20of%20ODA.pdf>
- Infante, B. (2021). *A POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA PARA A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia). Recuperada de <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33165/3/Disserta%20c3%a7%20c3%a3o%20Beto%20Infante.pdf>
- IPAD [Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento]. (2002). *GLOSSÁRIO DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO*. (online). Recuperado de [https://secure.grupolusofona.pt/ulp/moodle/pluginfile.php/1006117/mod\\_resource/content/1/Gloss%C3%A1rio%20da%20Coopera%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://secure.grupolusofona.pt/ulp/moodle/pluginfile.php/1006117/mod_resource/content/1/Gloss%C3%A1rio%20da%20Coopera%C3%A7%C3%A3o.pdf)
- J.Zagumny, M. (2019). *Cooperation*. (online). Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/330398527\\_Cooperation](https://www.researchgate.net/publication/330398527_Cooperation)
- Khamis, A., S. Kamel, M., & Salichs, M. (2006). *Cooperation: Concepts and General Typology*. (online). Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/4262413\\_Cooperation\\_Concepts\\_and\\_General\\_Typology](https://www.researchgate.net/publication/4262413_Cooperation_Concepts_and_General_Typology)

- Kotz, R. (2018). *A Nova Rota da Seda: entre a tradição histórica e o projeto geoestratégico para o futuro* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina). Recuperada de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193931/PGRI0068-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>
- Kuai Peng, I. (2007). *As Relações Diplomáticas entre a RPC e os Países de Língua Oficial Portuguesa na Perspectiva do Multilateralismo e o papel de “plataforma” de Macau*. (online). Recuperado de [https://www.safp.gov.mo/safppt/magazines/WCM\\_003553](https://www.safp.gov.mo/safppt/magazines/WCM_003553)
- Lee, A., & Tang, F. (2021). *China to join oil reserve release “based on its own needs” after US, UK, Japan, South Korea and India commit*. (online). Recuperado de <https://www.scmp.com/economy/global-economy/article/3157235/china-join-oil-reserve-release-based-its-own-needs-after-us>
- Lu, R. (2017). *Comércio petrolífero entre China e Brasil beneficia várias partes*. (online). Recuperado de <http://portuguese.people.com.cn/n3/2017/0217/c309807-9179401.html>
- Mabucanhane, N. L. (2015). *A nova era de cooperação Moçambique - China: debates, dilemas, realidades e perspectivas de políticas institucionais*. (online). Recuperado de <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.2025>
- Mandur Thomaz, D. (2017). *Por que a China aposta na língua portuguesa*. (online). Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41022424>
- Manuela Afonso, M. (n.d.). *Cooperação para o desenvolvimento: o papel da ajuda no contexto africano*. (online). Recuperado de <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6924.pdf>
- Marreiros Cardoso, C. S. (2021). *Jogos de guanxi: A plataforma Macau na diplomacia cultural portuguesa (2009-2019)*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa). Recuperada de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/21524>
- Medeiros, E. (2007). *Os Sino-moçambicanos da Beira. Mestiçagens Várias*. (online). Recuperado de <https://doi.org/10.4000/cea.494>
- Mendes, C. A. (2013). *Portugal, China and the Macau Negotiations, 1986-1999*. (online). Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/j.ctt3fgv4t>
- Ministério das Relações Exteriores. (2014). *Declaração conjunta entre Brasil e China por ocasião da visita de Estado do presidente Xi Jinping – Brasília, 17 de julho de 2014*. (online). Recuperado de [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-brasil-e-china-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-brasilia-17-de-julho-de-2014](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-brasil-e-china-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-brasilia-17-de-julho-de-2014)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. (2010). *Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2009*. (online). Recuperado de <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2019>

Moreira Lima, L. (s.d.). *Cooperação, o que vem a ser?* (online). Recuperado de [http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia\\_02\\_02.pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/hegemonia_02_02.pdf)

United Nations (2022). *Human development summary capturing achievements in the HDI and complementary metrics that estimate gender gaps, inequality, planetary pressures and poverty*. (online). Recuperado de <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/MOZ>

Oliveira, H. A. de. (2010). Brasil e China: uma nova aliança não escrita? *Revista Brasileira de Política Internacional*, 53(2), 88–105. <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mDfHPGdggWSHwDSXDr9rnSH/?format=pdf&lang=pt>

Pereira, B. (2006). *Relações entre Portugal e a República Popular da China*. (online). Recuperado de [https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri10/RI10\\_06BFPereira.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri10/RI10_06BFPereira.pdf)

Pautasso, D. (2015). *A China na nova arquitetura geoeconômica global e o caso do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura*. (online). Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/5034/4569>

Pereira, R. (2006). A nova política da China em África. (online). Recuperado de <https://www.observatoriodachina.org/images/papers/f.pdf>

Regina de Moniardim, M. (2019). *PORTUGAL-CHINA RELATIONS: A West-East Partnership for the 21st Century*. (online). Recuperado de [https://www.academia.edu/41240803/PORTUGAL\\_CHINA\\_RELATIONS\\_A\\_West\\_East\\_Partnership\\_for\\_the\\_21st\\_Century](https://www.academia.edu/41240803/PORTUGAL_CHINA_RELATIONS_A_West_East_Partnership_for_the_21st_Century)

Saba M'bunde, T. (2015). *As políticas externas de cooperação para o desenvolvimento de Brasil e China na Guiné-Bissau: uma análise em perspectiva comparada*. (online). Recuperado de <https://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/3830-as-politicas-externas-de-cooperacao-para-o-desenvolvimento-da-china-e-do-brasil-na-guine-bissau-uma-analise-em-perspectiva-comparada>

Sarker, N., & Hossin, A., & Yin, X., & Sarkar, K. (2018). *One Belt One Road Initiative of China: Implication for Future of Global Development*. (online). Recuperado de

- [https://www.researchgate.net/publication/324563885\\_One\\_Belt\\_One\\_Road\\_Initiative\\_of\\_China\\_Implication\\_for\\_Future\\_of\\_Global\\_Development](https://www.researchgate.net/publication/324563885_One_Belt_One_Road_Initiative_of_China_Implication_for_Future_of_Global_Development)
- Schiere, R., Ndikumana, L., & Walkenhorst, P. (2011). *La Chine et l’Afrique : Un nouveau partenariat pour le développement?* (online). Recuperado de <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/text-francais%20china.pdf>
- Sousa, I. C. de. (2013). *A China e Moçambique: uma relação emergente.* (online). Recuperado de [https://www.academia.edu/25567601/A\\_China\\_e\\_Mo%C3%A7ambique\\_uma\\_rela%C3%A7%C3%A3o\\_emergente](https://www.academia.edu/25567601/A_China_e_Mo%C3%A7ambique_uma_rela%C3%A7%C3%A3o_emergente)
- Taylor, Ian. (2007). *Unpacking China's Resource Diplomacy in Africa. China in Africa.* (online). Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/268206102\\_Unpacking\\_China's\\_Resource\\_Diplomacy\\_in\\_Africa](https://www.researchgate.net/publication/268206102_Unpacking_China's_Resource_Diplomacy_in_Africa)
- The New York Times. (2016). *China Resumes Ties With São Tomé, Which Turned Away From Taiwan.* (online). Recuperado de <https://www.nytimes.com/2016/12/26/world/asia/china-taiwan-sao-tome-diplomatic-relations.html>
- Uchôa, M. (2023). *Visita de Lula à China marca novo momento da diplomacia brasileira.* (online). Recuperado de <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/visita-de-lula-%C3%A0-china-marca-novo-momento-da-diplomacia-brasileira/ar-AA19QhEv>
- Vines, A., Wong, L., Weimer, M., & Campos, I. (2009). *Thirst for African Oil Asian National Oil Companies in Nigeria and Angola A Chatham House Report.* (online). Recuperado de [https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/r0809\\_africanoil.pdf](https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/r0809_africanoil.pdf)
- Yamei. (2017). *Xi calls for mutual support between China, Sao Tome and Principe.* (online). Recuperado de [http://www.xinhuanet.com/english/2017-04/14/c\\_136209660.htm](http://www.xinhuanet.com/english/2017-04/14/c_136209660.htm)

## ANEXO

**Anexo 1** - Importações e exportações africanas para a China e balança comercial, 2000–2018



Fonte: Africa's economic transformation: the role of Chinese investment (2020)